



COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

Helena Pinto Lima
Fernando W. da Silva Costa
Eduardo Góes Neves



COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

ARQUEOLOGIA
AMAZÔNICA



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Eduardo Braga

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Robério Braga

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Delzinda Barcelos

CHEFE DE GABINETE
Mimosa Paiva

ASSESSOR DE EDIÇÕES
Antônio Auzier

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CULTURA
Saul Benchimol – Presidente

Helena Pinto Lima
Fernando W. da Silva Costa
Eduardo Góes Neves

ARQUEOLOGIA
AMAZÔNICA



COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

CULTURA



Edições
Governo do Estado



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA

DIRETOR DO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA
Antônio Ausier Ramos

DIRETORA TÉCNICA DO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA
Lauriene Nakai Rodrigues Faraco

PESQUISADORES
Aline de Souza Santana
Fernando Rodrigo Sanchez Figueroa
Márcia Cristina da Costa Fernandes
Mileny Andresa da Silva Cruz

DESIGNER GRÁFICO
Francimar Rodrigues Maciel

SECRETARIA
Janete Albuquerque de Souza

Copyright © 2007
Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Antônio Ausier Ramos

PROJETO GRÁFICO
KintawDesign

CAPA
Fred Teixeira

REVISÃO
Cláudia Adriane Souza

FICHA CATALOGRÁFICA
Diretoria Gestão da Informação

L732r Lima, Helena Pinto / Fernando W. da Silva
Costa / Eduardo Góes Neves

Relatório final: consultoria científica
arqueologia / Helena Pinto Lima; Fernando W.
da Silva Costa; Eduardo Góes Neves. –
Manaus: Governo do Estado do Amazonas;
Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

96 p.: il.; (Coleção Cadernos da Amazônia)

1. Arqueologia – História. 2. Arqueologia
Amazônia. 3. Pesquisa Arqueológica. I. Título.
CDD-930.109811

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
www.culturamazonas.am.gov.br



A juventude é uma das nossas maiores preocupações. Terá atenção especial com o fomento do esporte, espaços culturais e educacionais que possam assegurar a formação de gerações saudáveis e preparadas a vencer os desafios de um mundo globalizado e competitivo, proporcionando um futuro melhor para as nossas próximas gerações...

Eduardo Braga

Discurso proferido pelo Governador Eduardo Braga na sessão solene de posse em 1.º de janeiro de 2003.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	9
1. O QUE É ARQUEOLOGIA?	11
2. O MUNDO E A LINHA DO TEMPO	17
3. O “ARQUEOLOGUÊS”	19
4. ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA	30
5. O BIOMA AMAZÔNICO	33
6. HISTÓRICO E PROBLEMAS DE PESQUISA	42
7. O INÍCIO DA OCUPAÇÃO HUMANA	47
8. A DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS E AS ORIGENS DA AGRICULTURA	58
9. A VIDA SEDENTÁRIA E O INÍCIO DA PRODUÇÃO DE CERÂMICA	65
10. SOCIEDADES DA AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL	69
REFERÊNCIAS	84

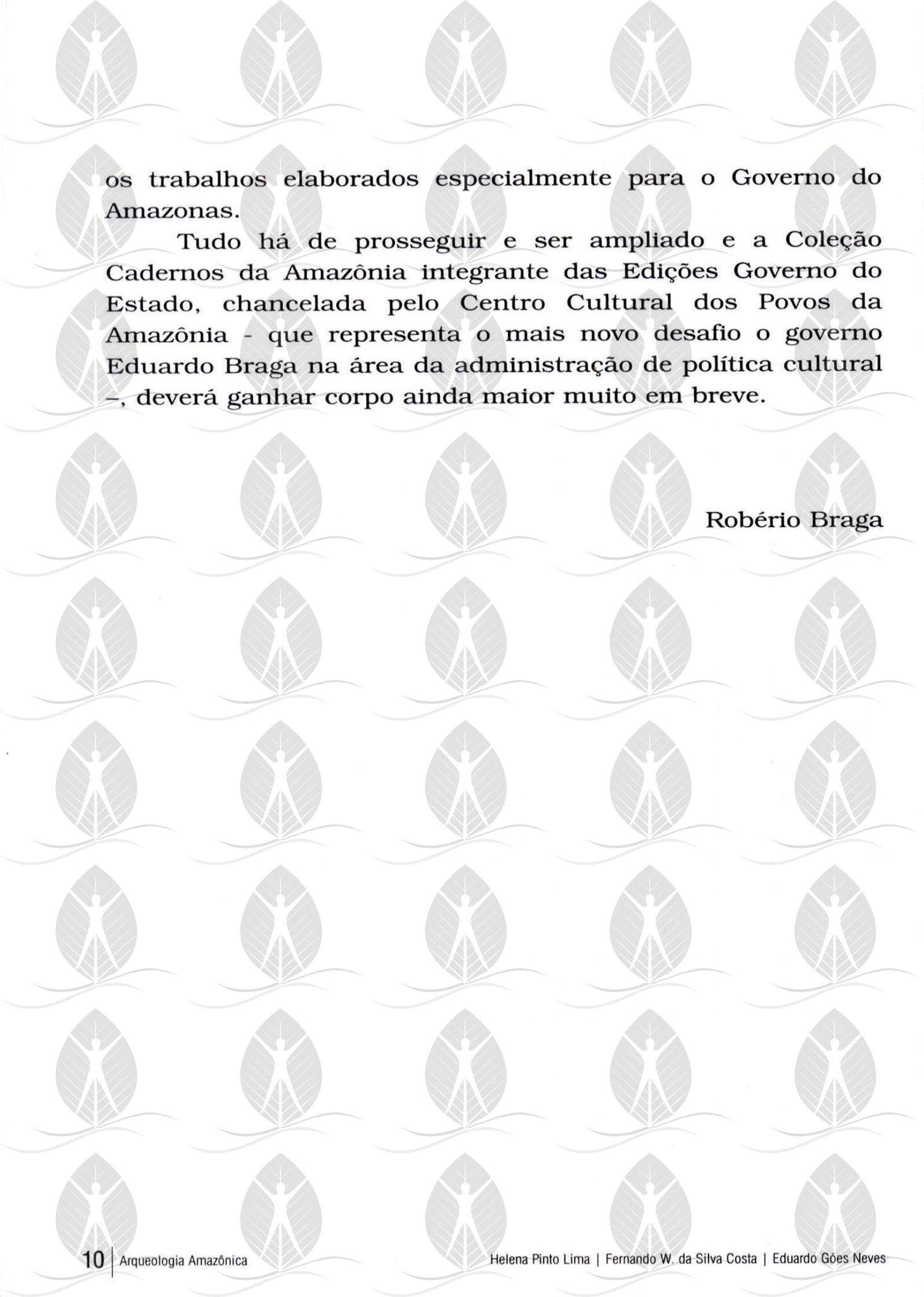
PRIMEIRAS PALAVRAS

A compreensão da Amazônia tem reclamado estudos profundos em várias áreas do conhecimento humano, mas em particular da arqueologia, certamente porque ela pode contribuir de forma mais decisiva para o esclarecimento de inúmeras indagações que persistem em relação à ocupação da região e aos tipos humanos que a habitaram.

Desta forma, um dos primeiros estudos contratados pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Cultura ao implantar o Centro Cultural dos Povos da Amazônia foi exatamente uma breve apreciação sobre a arqueologia, de modo a abrir o leque de pesquisas a respeito de matéria tão importante.

Neste sentido decorreu a pesquisa de Helena Pinto Lima, Fernando W. da Silva Costa e Eduardo Góes Neves, titulado de Arqueologia da Amazônia, que se destina a abrir a discussão sobre o tema e a ordenar as informações básicas já existentes, especialmente tomando por pressuposto que as cerâmicas, os líticos, os restos faunísticos, assim como os de sepultamento humano e outros vestígios da presença do homem e de sua forma e condições de vida, podem permitir uma visão mais completa da história da Amazônia.

É assunto para especialistas, e por isso mesmo o Centro foi requisitar o estudo científico da professora e pesquisadora que tem se desdobrado em analisar a região, ficando pés e esforços no reconhecimento das peculiaridades amazônicas, brasileiras ou não, mas de sentido continental como são todos

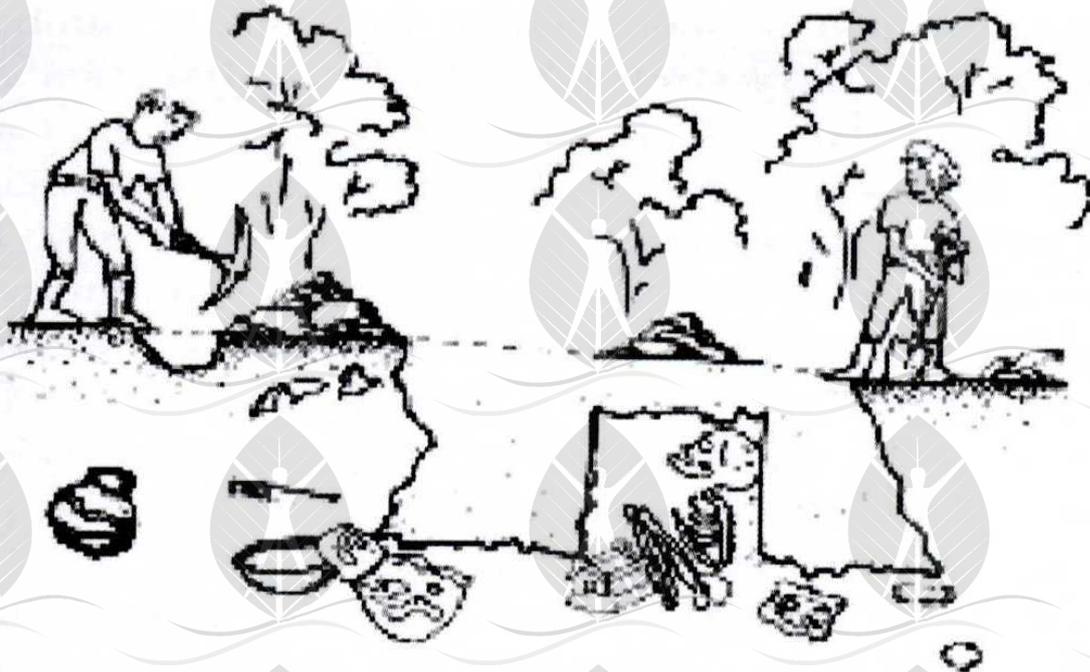


os trabalhos elaborados especialmente para o Governo do Amazonas.

Tudo há de prosseguir e ser ampliado e a Coleção Cadernos da Amazônia integrante das Edições Governo do Estado, chancelada pelo Centro Cultural dos Povos da Amazônia - que representa o mais novo desafio o governo Eduardo Braga na área da administração de política cultural -, deverá ganhar corpo ainda maior muito em breve.

Robério Braga

1. O QUE É ARQUEOLOGIA?



Como podemos, a partir da **arqueologia**, entender aspectos das sociedades do passado? E afinal, o que é arqueologia? A palavra arqueologia vem do grego ARCAÏOS (antigo) + LOGOS (conhecimento, estudo), ou seja, o estudo do que é antigo. Esta é a ciência que estuda o passado do homem através dos vestígios dos objetos por ele utilizados e descartados. Esses objetos são chamados de **cultura material**, e são estudados em associação com restos da fauna e flora de cada época, depositados com o passar dos anos nos sítios arqueológicos.

Assim, **os sítios arqueológicos** são os locais onde se encontram os vestígios da vida e da cultura material do passado. Podem estar sobre a superfície do solo, ou enterradas. Alguns exemplos de sítios arqueológicos são: uma aldeia indígena abandonada, uma fortaleza do século XVIII, as ruínas de uma igreja ou um sambaqui. **Sambaquis** ou concheiros são acúmulos artificiais de conchas de moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos. Há sambaquis

marítimos nas regiões de grandes baías e ao longo dos mangues, próximos à afloramentos rochosos e sambaquis fluviais de conchas terrestres. (PROUS, 1991:204). A palavra é derivada de *tamba* (marisco) e *ki* (amontoamento), em tupi.

Uma outra categoria de sítios e vestígios arqueológicos são as **inscrições rupestres**. A palavra rupestre vem do latim *rupes-is*, que significa rochedo. As inscrições são pinturas ou gravuras deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra, tais como paredões de abrigos e grutas ou blocos de rocha junto às margens dos rios. Esses rochedos decorados são freqüentemente pela palavra tupi Itacoatiara (= pedra pintada) (cf. PROUS, 1991:510).

Também as famosas **Terras Pretas de Índio**, que são porções de terra de coloração preta e muito férteis, são sítios arqueológicos. Elas são usadas até hoje em dia, principalmente para a agricultura. Estes solos são ricos em vestígios de cerâmicas, carvões e líticos.

A relação de sobreposição entre os depósitos nos permite inferir uma determinada antigüidade, é o que chamamos de **datação relativa**, obtida a partir do princípio da **estratigrafia**, ou seja, quanto mais profundo o depósito, mais antigo. Existem outras maneiras de se avaliar a antigüidade dos depósitos arqueológicos, como por exemplo, as técnicas de datação radiocarbônica (C14), ou a termoluminescência (TL). Estas últimas permitem a construção de uma **cronologia absoluta**. A maioria das datações conhecidas para a pré-história brasileira foi obtida com a técnica do carbono 14. Embora aproximadas, essas datas fornecem um quadro cronológico para nossa história antes dos europeus. É preciso ter em mente que se trata de períodos muito longos de tempo, medidos em milhares e milhares de anos, envolvendo a vida de gerações.

ESCAVAÇÃO

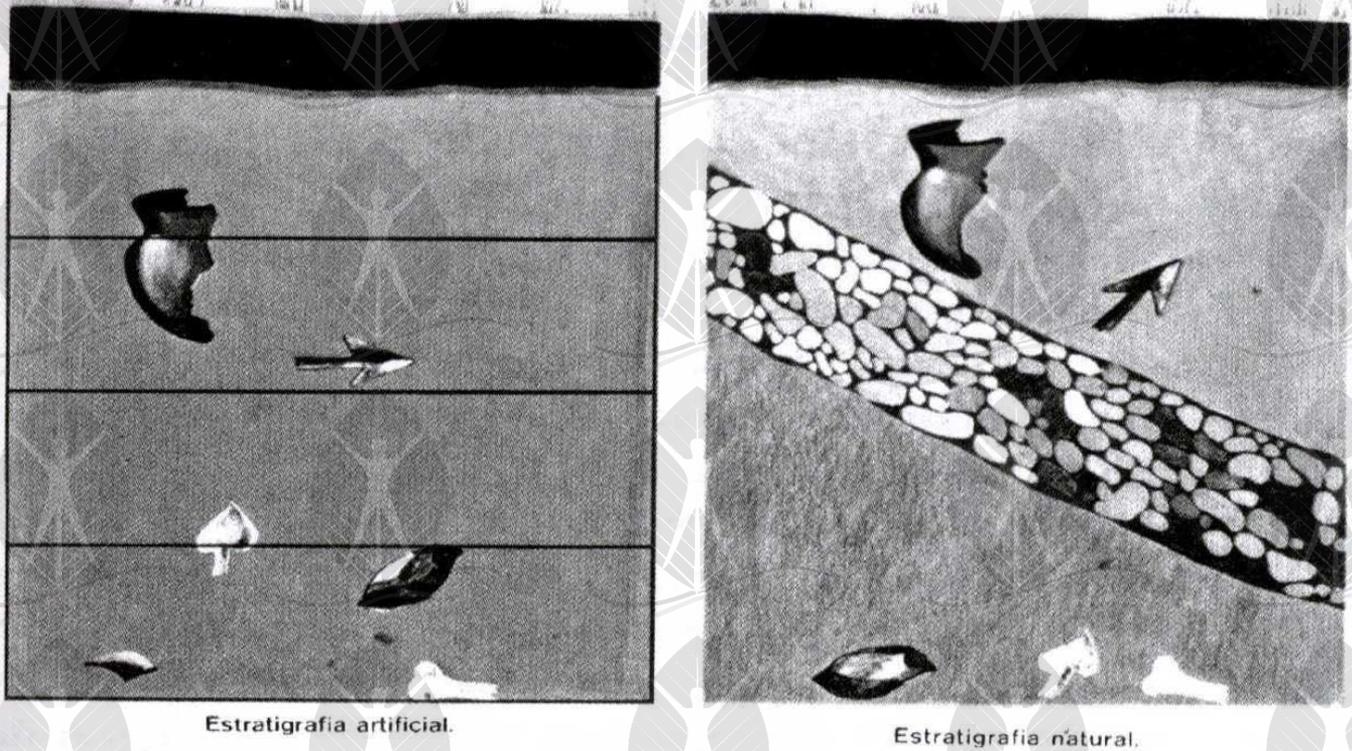


FIGURA 1. Perfil estratigráfico em escavação por níveis artificiais e naturais (Atlas de Arqueologia n.3).

O processo científico de construção do conhecimento se pauta em três etapas principais: coleta, análise e interpretação de dados. Para a arqueologia, essas três partes podem ser descritas como: a descoberta de tesouros do passado, o trabalho meticuloso de análise e um exercício de imaginação criativa.

No intuito de ordenar os dados obtidos, escavações e coletas realizadas em campo, as **classificações** tornam os vestígios fontes de informação histórica e cultural. Nesse contexto, surgiram noções classificatórias como os conceitos de **Fase e Tradição**, que foram largamente utilizados por arqueólogos brasileiros trabalhando, principalmente, com cerâmicas e líticos. Estas são ferramentas analíticas que permitem compreender os conjuntos de artefatos dentro de uma perspectiva cronológica e espacial. Continuidades e

mudanças traduzem processos essencialmente culturais e históricos.

O conceito de tradição tecnológica se refere às interações de cunhos social, econômico e/ou simbólico recorrentes entre diferentes grupos humanos, abrangendo áreas com grande extensão geográfica e com longa duração cronológica, refletidas em certas padronizações nos artefatos. As fases cerâmicas foram definidas como “*unidade(s) arqueológica(s) que possui(em) traços suficientemente característicos para distingui-la(s) de outras unidades (...) de uma localidade ou região cronologicamente limitadas a intervalos de tempo relativamente breves*” (Willey & Phillips, 1958).

Os estudos das ferramentas de pedra, as **indústrias líticas**, podem se apoiar em diferentes abordagens que buscam entender diferentes aspectos das sociedades que as produziram, usaram e descartaram. Entre os estudiosos de tecnologia lítica existem concepções distintas que enfocam os mais variados aspectos de uma indústria. As abordagens são muitas: umas produzem trabalhos que pretendem entender a funcionalidade dos diferentes sítios, através da variabilidade das indústrias ali encontradas. Outras, ao contrário, objetivam uma análise dos aspectos tecnológicos do conjunto estudado. Há também os modelos teóricos que pretendem estabelecer conceitos universais, baseados em grandes generalizações, como o de *curated and expedient tools*, por exemplo, baseado nos trabalhos de Binford entre os *Nunamiut*, que é amplamente utilizado em estudos das indústrias líticas de grupos caçadores-coletores, identificando o tipo de tecnologia e a distribuição espacial das ferramentas como indicadores de mobilidade, territorialidade e função dos sítios (Binford 1980, 1982 e Odell et alii., 1996). Na opinião de Trigger, a utilização destes conceitos deve ser cuidadosa, e só é possível, *with societies that share a similar level of complexity*

or that have the same general type of economy, but they explain only a small portion of the variation observed in the archaeological record (1984:290).

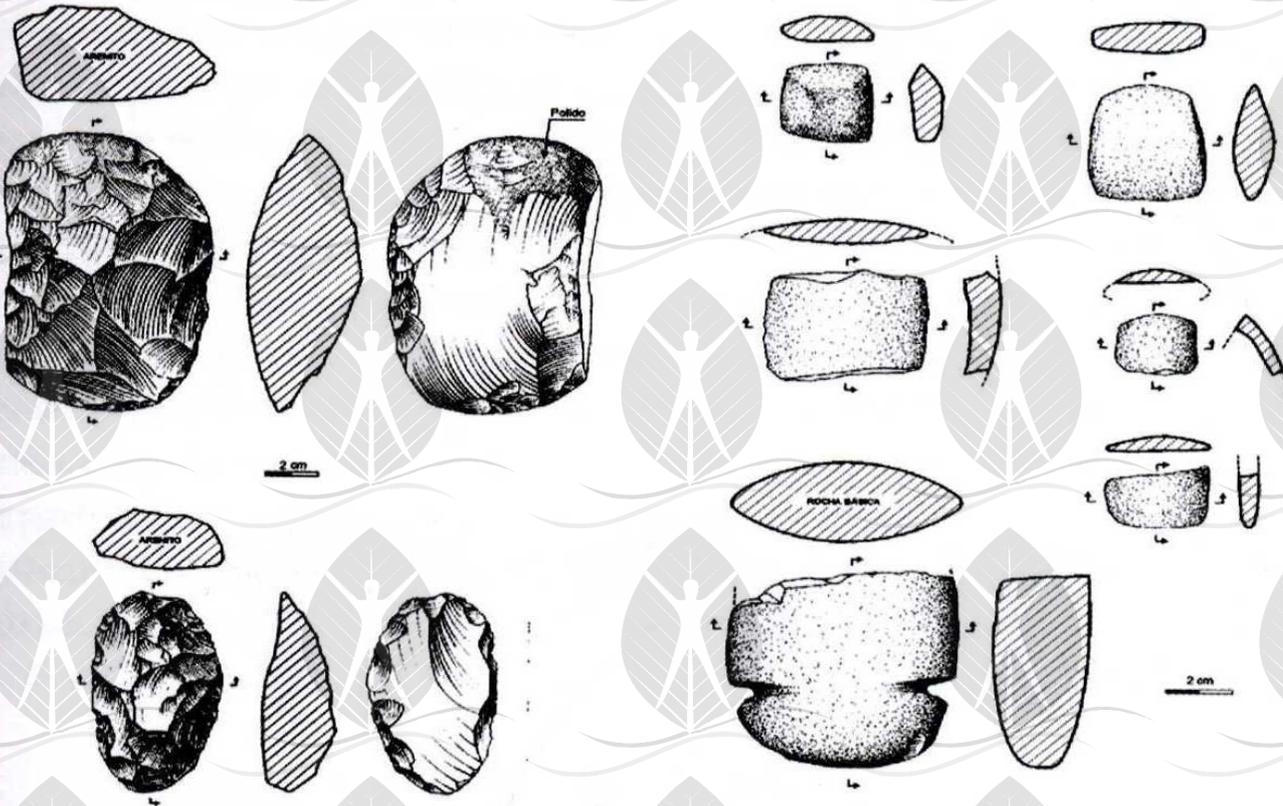


FIGURA 2. Artefatos líticos lascados e polidos (Desenho Marcos Brito).

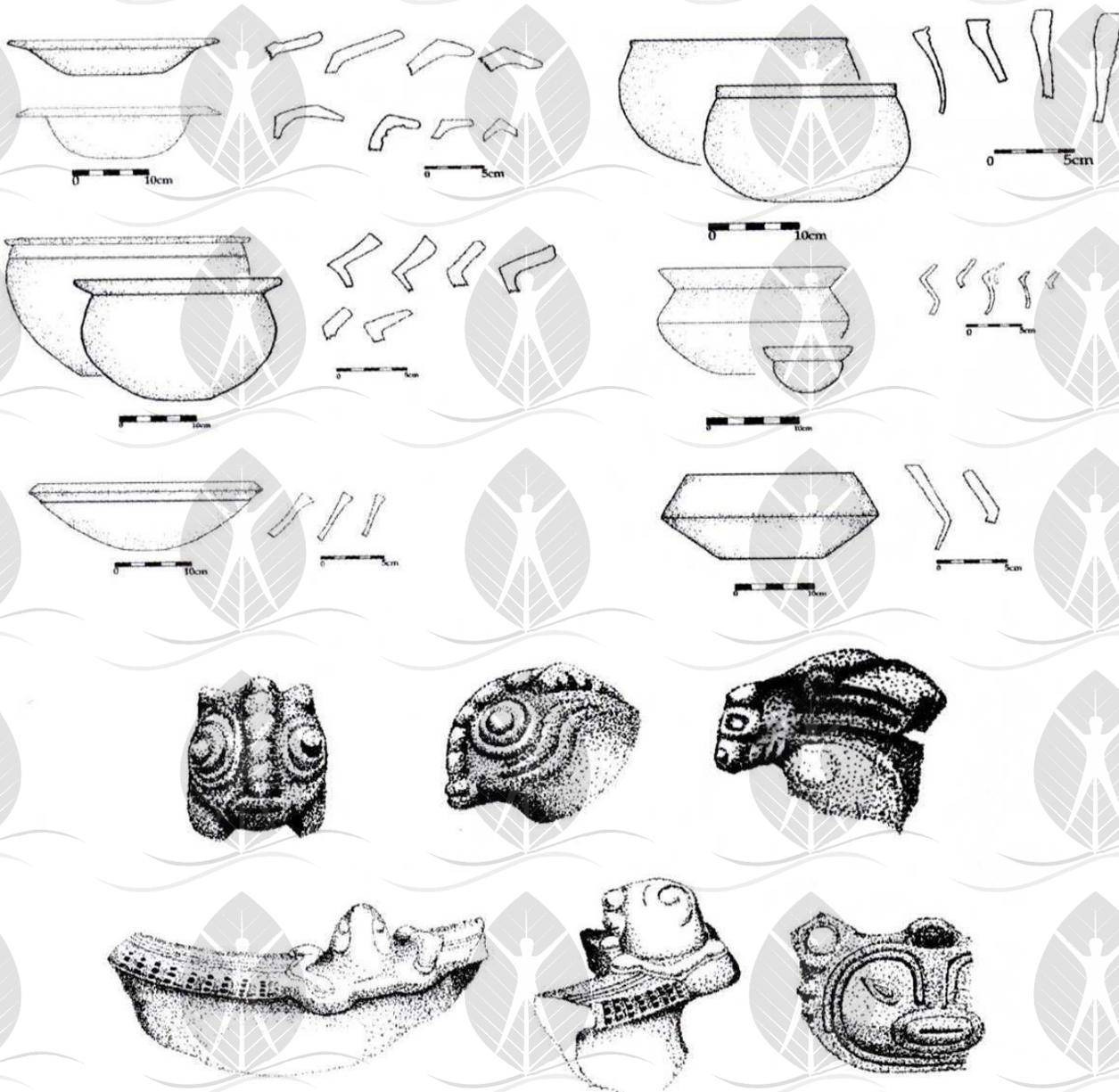


FIGURA 3. Artefatos cerâmicos: formas e decorações (Desenhos: Marcos Brito).

Também são encontradas pequenas bolas de massa de amido de mandioca conhecidas como **Pão de Índio**, que eram enterradas como reserva de alimento para tempos de falta de comida, guerra ou mudança.

Um outro caminho usado no estudo de materiais líticos e cerâmicos é a reprodução dos artefatos. No caso dos líticos, a **experimentação** tem sido um recurso utilizado há muito tempo pelos arqueólogos, especialmente no caso dos

conjuntos líticos cujas características tecnológicas são pouco conhecidas, (Semenov, 1964 e Schick & Toth, 1993). Em relação aos artefatos cerâmicos, os projetos de experimentação são mais recentes, mas têm trazido informações importantes, pois este é o caminho mais seguro para entender a tecnologia lítica, pois permite conhecer todos os procedimentos necessários à fabricação dos artefatos e entender os princípios físicos e mecânicos envolvidos nas operações (Crabtree, 1972:4).

Mas é fundamental associação entre diferentes categorias de vestígios arqueológicos para que se chegue a uma reconstrução mais efetiva dos modos de vida das sociedades do passado. O estudo desses vestígios deve se apoiar em dados gerados por outras ciências, como a geologia, pedologia, física, química, estatística, biologia, antropologia, entre outras, que dão à arqueologia um caráter **interdisciplinar**.

2. O MUNDO E A LINHA DO TEMPO

As descobertas da arqueologia sobre a ocupação humana da terra seguem uma extensa linha cronológica.

- **120 mil e 100 mil anos** atrás – surge o homem moderno (*homo sapiens*), na África.
- **70 mil anos** atrás – data estimada para a saída dos primeiros grupos da África.
- **60 mil anos** atrás – o homem chega à Austrália. É também a data proposta para o início da ocupação do Brasil.
- **50 mil anos** atrás – emergência da arte e da religião.
- **25 mil anos** atrás – data provável da confecção da escultura de *Vênus*. Especula-se que esta é a data do

surgimento de um sítio em Goiás, mas a comunidade ainda não confirmou.

- **18 a 17 mil anos** atrás – data de algumas figuras rupestres na França.
- **12 mil anos** atrás – data mais aceita para o início da ocupação do Brasil (pinturas da serra da capivara, PI) e da Amazônia. Início da agricultura e domesticação de animais no Oriente Médio. Invenção do arco e da flecha e das primeiras cerâmicas (Japão).
- **11 mil e 500 anos** atrás – época de Luzia e do povo de Lagoa Santa (MG).
- **8 mil anos** atrás – cresce a população do Brasil Central, Nordeste e Amazônia. Surgem os primeiros assentamentos urbanos (Jericó, Palestina). É a data provável para alguns sambaquis no litoral brasileiro.
- **5 mil e 500 anos** atrás – primeiras cidades-estado e início da escrita, ambas na Mesopotâmia, atual Iraque.
- **5 mil anos** atrás – início da civilização egípcia.
- **4 mil anos** atrás – início da cultura Maia e data de algumas casas subterrâneas no Brasil.
- **3 mil e 500 anos** atrás – civilização Olmeca (América Central).
- **2 mil e 700 anos** atrás – fundação de Roma.
- **2 mil anos** atrás – início da Era Cristã. Chegada de povos ceramistas ao litoral brasileiro.
- **500 anos atrás** – em 1492. Colombo chega às Américas. Em 1500, os portugueses chegam ao Brasil. Início do declínio dos povos indígenas brasileiros.

3. O “ARQUEOLOGUÊS”

Glossário de Termos Técnicos

Acanalado

Tipo de decoração plástica aplicada na superfície da cerâmica antes da queima, que consiste na retirada de uma faixa de argila, formando sulcos alongados, ou canais.

Ação Térmica

Expressão geral para designar os efeitos de mudanças de cor, textura, forma e estrutura da rocha submetida a altas temperaturas (Fogaça, 2001:421).

Adelgaçamento

Lascamentos secundários, com finalidade de adelgaçar uma parte do objeto (Laming-Emperaire, 1967:54).

A.C.

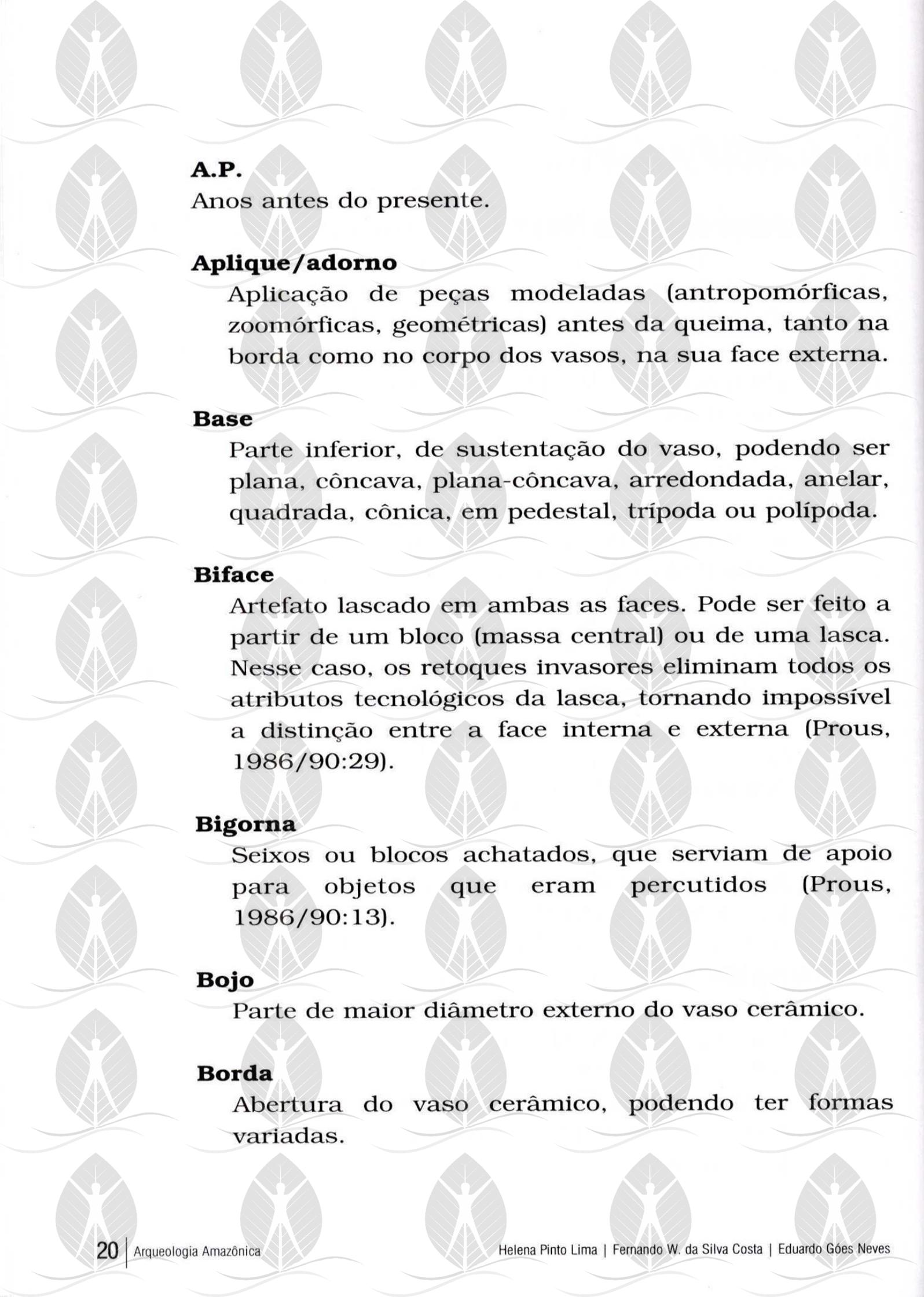
Anos antes de Cristo.

Alça

Apêndice vazado, destinado a suspender o vaso, podendo ser vertical ou horizontal.

Antiplástico

Matéria introduzida, intencionalmente ou não, na pasta para conseguir condições técnicas propícias a uma boa secagem e cocção da cerâmica, também conhecido como tempero. Os materiais mais usados são o cauixi, caripe, fragmentos cerâmicos moídos, quartzo, etc.



A.P.

Anos antes do presente.

Aplique/adorno

Aplicação de peças modeladas (antropomórficas, zoomórficas, geométricas) antes da queima, tanto na borda como no corpo dos vasos, na sua face externa.

Base

Parte inferior, de sustentação do vaso, podendo ser plana, côncava, plana-côncava, arredondada, anelar, quadrada, cônica, em pedestal, tríпода ou polípoda.

Biface

Artefato lascado em ambas as faces. Pode ser feito a partir de um bloco (massa central) ou de uma lasca. Nesse caso, os retoques invasores eliminam todos os atributos tecnológicos da lasca, tornando impossível a distinção entre a face interna e externa (Prous, 1986/90:29).

Bigorna

Seixos ou blocos achatados, que serviam de apoio para objetos que eram percutidos (Prous, 1986/90:13).

Bojo

Parte de maior diâmetro externo do vaso cerâmico.

Borda

Abertura do vaso cerâmico, podendo ter formas variadas.

Bulbo

É uma excrescência de forma conchoidal, na face interna da lasca com o centro marcado pelo ponto de impacto (Laming-Emperaire, 1967:54).

Cadeia Operatória

Os procedimentos técnicos necessários à fabricação dos artefatos lascados. As etapas do processo de fabricação de uma ferramenta de pedra (Prous, 1990:22-23).

Cariapé

Antiplástico obtido através da queima e trituração da entrecasca de certas espécies de árvores.

Cauixi

Esponja de água doce utilizada como antiplástico.

Cicatriz

O mesmo que negativo de lançamento, é a marca visível no núcleo deixada pela retirada de uma lasca (Laming-Emperaire, 1967:49).

Contra-bulbo

Marca em negativo do bulbo (Laming-Emperaire, 1967:49).

Cornija

Nervura formada pelo encontro do talão com a face externa (Prous, 1986/90:28).

Córtex

É a superfície (parte externa) da rocha, apresenta cor e textura geralmente diferenciada da parte interna (Prous, 1986/90:18).

Cúpula Térmica

Lasca cônica, que se forma por ação térmica e deixa negativo característico (Fogaça, 2001:423).

D.C.

Anos depois de Cristo.

Debitagem

O conjunto de operações que antecedem e acompanham a saída das lascas de um núcleo (Prous, 1986/90:28).

Descorticar

Operação de retirada do córtex (Prous, 1986/90:18).

Digitado

Tipo de decoração em que se fixa na superfície da cerâmica as impressões das extremidades dos dedos.

Distal

Extremidade oposta ao talão (Fogaça, 2001:425).

Eixo de Debitagem

É a perpendicular ao plano de percussão que passa pelo ponto de impacto (Laming-Emperaire, 1967:50).

Eixo Morfológico

É o comprimento de uma lasca (Laming-Emperaire, 1967:49).

Engobo

Revestimento superficial de barro fino ou óxido de ferro, aplicado nas cerâmicas antes da queima.

Escovado

Técnica de decoração exterior que consiste em passar um instrumento com pontas múltiplas, que deixa sulcos bem visíveis na superfície da cerâmica, guardando certo paralelismo entre si.

Estigmas de lascamento

Termo utilizado para designar morfologias mínimas resultantes da propagação de ondas de fratura (Fogaça, 2001:424)

Estilhas

Subproduto do lascamento. O conjunto de lascas sem trabalho secundário ou marcas de utilização e que foram abandonadas após a fabricação do objeto (Laming-Emperaire, 1967:41).

Face Externa

Face que já aparecia antes do lascamento, como parte da face lateral do bloco (Prous, 1986/90:18).

Face Interna

Face que corresponde ao lado que se encontrava no interior do núcleo antes da debitagem (Prous, 1986/90:18).

Fase

Qualquer conjunto de cerâmicas ou líticos, relacionados no tempo e no espaço, num ou mais sítios.

Flange labial

Expansão externa do lábio obtida através da aplicação de um ou mais roletes adicionais na borda, que não altera o volume do vaso.

Flange mesial

Aplicação de um ou mais roletes sobre a parede externa da vasilha.

Fragmento de Lasca

Parcela de uma rocha lascada (Fogaça, 2001:426).

Fratura em Siret

Tipo de acidente de lascamento que se manifesta pelo desenvolvimento de um plano de fratura longitudinal que normalmente secciona o bulbo em duas metades e pode ou não se prolongar por todo o comprimento da lasca (Fogaça, 2001:426).

Gume

Borda natural da lasca, geralmente a parte ativa dos artefatos lascados (Prous, 1986/90:30).

Incisão

Tipo de decoração plástica que consiste em sulcos obtidos por meio da extremidade aguçada de instrumentos de diferentes formatos e dimensões na superfície da cerâmica ainda úmida.

Lábio

Extremidade da borda, pode ser plano, redondo, apontado, biselado ou serrilhado.

Lasca

Termo geral usado para designar um fragmento de rocha intencionalmente destacado de um núcleo (Prous, 1992:18).

Lasca Bruta

Lasca sem retoques (Prous, 1986/90:30).

Lascamento Bipolar

Técnica que consiste em apoiar o bloco (ou lasca) a ser debitado sobre uma bigorna e em seguida golpeá-lo com o percutor (Prous, 1986/90:19)

Lustro

Termo para designar o efeito da ação térmica que implica na criação de superfície(s) brilhante(s) (Fogaça, 2001:428).

Massa Central

Artefatos feitos a partir de um seixo ou bloco de matéria-prima (Prous, 1986/90:29).

Mesial

Porção da peça entre as extremidades proximal e distal (Fogaça, 2001).

Modelado

Técnica de manufatura da cerâmica, à mão livre, a partir de uma massa de argila uniforme, ate atingir a forma desejada.

Núcleo

Peça (bloco de uma rocha específica) da qual se retira intencionalmente uma lasca (Prous, 1986/90:27).

Ombro

Parte ressaltada da peça cerâmica, acima do bojo.

Pasta

Mistura de argila e antiplástico usada na confecção da cerâmica.

Percutor

O mesmo que batedor. Pedras utilizadas como martelos para lascas rochas frágeis, picotear, etc. (Prous, 1986/90:13).

Percutor Duro

Seixo resistente e sem quinas frágeis (Prous, 1986/90:19).

Percutor Leve

Batedor de origem orgânica: madeira, chifre, osso de mamífero (Prous, 1986/90:19).

Pescoço

Parte estrangulada intermediária entre a boca e o corpo de uma peça cerâmica.

Picoteamento

É a operação que consiste em martelar-se a superfície de uma pedra até se conseguir a forma desejada (Laming-Emperaire, 1967:28).

Pilão

Recipiente de pedra escavado por picoteamento (Laming-Emperaire, 1967:85).

Pintado

Tipo de decoração executada antes ou depois da queima da cerâmica, com pigmentos minerais ou

vegetais, diretamente sobre a superfície ou sobre engobo previamente aplicado.

Plano-convexo

Artefato lascado com face inferior plana e face superior convexa (Laming-Emperaire, 1967:70).

Plano de percussão

O mesmo que plataforma de percussão. É a superfície que recebe os golpes destinados a retirar uma lasca (Laming-Emperaire, 1967:48).

Polido

Técnica de complementação do alisado, que torna lustrosa a superfície da cerâmica, podendo ou não deixar estrias.

Polimento

Técnica que consiste em esfregar uma pedra sobre um polidor tão duro quanto ela, com ajuda de abrasivos (areia) e água (Prous, 1986/90:23).

Ponteado

Tipo de decoração feita com pontas, deixando marcas independentes na superfície da cerâmica, podendo ser de várias formas e tamanhos.

Ponto de impacto

Área de contato do percutor e da plataforma de percussão de onde se desenvolve o bulbo (Prous, 1986/90:18).

Pré-Forma

Esboço da peça (Prous, 1986/90:14).

Proximal

Extremidade próxima ao talão e ao bulbo (Fogaça, 2001).

Queima

Processo físico-químico que consiste em transformar a pasta em cerâmica por meio de elevação de temperatura, durante o qual a maior ou menor presença de oxigênio determina a oxidação ou redução, evidenciada pela textura e cor da cerâmica.

Retoque

Lascamento ou uma série de lascamentos, realizados por percussão ou pressão depois da debitagem, visando a obtenção de um instrumento (Prous, 1986/90:21). As lascas de retoque são aquelas associadas a esta (finais) etapa do lascamento.

Retoque Bifacial

Retoque em ambas as faces do suporte (Prous, 1992:70).

Retoque Invasor

Retoque que invade uma face, geralmente a face interna (Laming-Emperaire, 1967:58).

Roletado

Técnica de confecção da cerâmica que consiste em sobrepor roletes de pasta de comprimento variável, em sentido circular até construir as paredes do vaso.

Sambaqui

Uma categoria de Sítio arqueológico que pode ser caracterizada como uma estrutura de conchas artificialmente construída, geralmente associada a áreas litorâneas, lagunares e em alguns fluviais.

Sulco

Ranhura pouco estrita e profunda (Laming-Emperaire, 1967:46).

Talão

É a parte do plano de percussão que é destacado com o lascamento. A natureza e a morfologia do talão dependem da natureza e morfologia do plano de percussão (Prous, 1986/90:18).

Tipo

Grupo de características comuns, que distingue determinados artefatos de outros semelhantes. Para cerâmica usa-se, preferencialmente, aqueles que tem descrição formal.

Tradição

Persistência em tempo e espaço de um conjunto de traços que caracterizam a tecnologia cerâmica (Valdes, 1981).

Tratamento de superfície

Processo de acabamento da superfície da cerâmica.

Ungulado

Tipo de decoração composta de incisões produzidas pelas unhas sobre a superfície da cerâmica.

Urna funerária

Recipiente cerâmico destinado a guardar sepultamentos humanos primários ou secundários.

Vasilhame

Termo que abrange todas as peças de recipientes de cerâmica.

4. ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA

Podemos dizer que a história da ocupação pré-colonial da Amazônia é contada através da análise e interpretação dos registros materiais deixados pelos povos que a habitaram no passado. Pela durabilidade das cerâmicas em relação a outros artefatos utilizados no cotidiano desses grupos indígenas, além de sua grande ocorrência, estes são os vestígios arqueológicos mais utilizados para compreender as sociedades horticultoras.

Embora o ambiente tropical úmido, característico da Amazônia, tenha sido avaliado por muitos pesquisadores como intenso agente que atua sobre a rápida destruição desses registros (Hilbert, 1968:272, Meggers *et al.*, 1988:275), sabe-se desde o século XIX que categorias diversas de vestígios podem se preservar, especialmente em sítios abrigados. Além de cerâmicas e líticos, os restos faunísticos, sepultamentos humanos, vestígios paleobotânicos, etc. são passíveis de utilização como fonte potencial de informação histórica e cultural. As chamadas *Terras Pretas de Índio* (TPI), por exemplo, que são solos ricos em matéria orgânica, portanto muito férteis, têm uma origem antrópica, sugerindo que o manejo ambiental era praticado em diversas partes da Amazônia há pelo menos dois mil anos (Neves *et al.*, 2003, 2004, Petersen *et al.*, 2001, Woods & McCann, 1999:14, Denevan, 1996:666). Assim, idéias

de Amazônia como “natureza intocada” devem ser revisadas. Ela é ocupada há mais de 10.000 anos, em alguns casos por populações de milhares de pessoas em determinadas regiões. É de se esperar, portanto, que a floresta que hoje recobre muitos sítios arqueológicos na região tenha, além de uma história natural, também uma história cultural. Assim sendo, é impossível se entender aspectos da história natural da Amazônia sem que se considere a influência das populações humanas, do mesmo modo que não se pode entender a história dos povos amazônicos sem que se considerem também as relações que esses povos estabeleceram com a natureza.

As pesquisas arqueológicas na Amazônia têm uma tradição centenária – iniciada por pioneiros brasileiros e estrangeiros – na segunda metade do século XIX. Paradoxalmente, apesar dessa tradição, existem ainda grandes lacunas no que se refere ao conhecimento da arqueologia da região. Com exceção do Pará e Amapá, Estados ou regiões inteiras, como Acre, Roraima, Maranhão e norte do Mato Grosso são virtualmente desconhecidos. Em outros Estados, como Rondônia, Amazonas e Tocantins há mais informações disponíveis, mas mesmo assim insuficientes face às suas grandes dimensões. O mesmo vale para os outros países amazônicos, já que a pesquisa nesses locais é ainda bastante incipiente.

A escassez de dados controlados disponíveis para a maior parte da região amazônica, aliada às diferentes linhas de pesquisa adotadas por estudiosos, acabou por resultar em modelos explicativos contraditórios. Os principais temas de debate são a influência do ambiente tropical úmido sobre o desenvolvimento cultural, e os impactos da conquista européia sobre os modos de vida das populações indígenas (Neves, 1998:363, Roosevelt, 1992:53). Assim, as ricas várzeas amazônicas dos tempos pré-coloniais podiam ser interpretadas

tanto como um “*habitat infinitamente mais atraente para o homem*” (Lathrap, 1970a:28), ou como a verdadeira “*ilusão de um paraíso*” (Meggers, 1971), local onde a imprevisibilidade dos recursos de subsistência teria limitado o desenvolvimento do sedentarismo e inviabilizando processos de complexificação social.

A ambigüidade da interpretação da ocupação pretérita se reflete também na interpretação dos relatos dos viajantes europeus dos séculos XVI e XVII DC, que fazem alusão à grandes aldeias, algumas delas ocupadas por milhares de pessoas, integradas em amplas redes regionais de comércio, em federações políticas regionais, etc.

A aparente baixa densidade demográfica verificada entre os povos indígenas da Amazônia contemporânea provavelmente resulta mais das vicissitudes da história colonial da região, do que propriamente de alguma inerente inaptidão ecológica. A arqueologia tem mostrado que a bacia Amazônica era densamente ocupada por diferentes povos indígenas no final do século XV DC, época do início da colonização europeia das Américas. Essa ocupação não era uniforme, variando no tempo e no espaço. Os modos de vida desses povos eram também variáveis: alguns grupos estavam organizados em sociedades hierarquizadas que viviam em assentamentos que hoje chamaríamos de cidades, como pode ter sido o caso dos índios Tapajós, enquanto outros eram nômades e tinham suas economias baseadas na caça, pesca e coleta (Neves, 2006).

Durante os últimos quinhentos anos, esses ancestrais dos povos indígenas que ainda ocupam a região passaram por um drástico processo de redução demográfica, deslocamento geográfico e mudança cultural. Mas é necessário que se reconheça que a ocupação humana pré-colonial da Amazônia, de certo modo, guia alguns dos processos de ocupação no presente. Frequentemente, cidades contemporâneas estão

localizadas sobre sítios arqueológicos, como é o caso de Santarém, Manaus, Manacapuru e Tefé. Nas áreas rurais, o mesmo fenômeno ocorre: é comum que comunidades estejam também assentadas sobre sítios (Neves, 2006).

5. O BIOMA AMAZÔNICO

Como conhecer o homem amazônico sem antes entender o meio onde ele viveu e se adaptou ao longo de milhares de anos? Por Amazônia, entende-se aqui a chamada Amazônia Legal Brasileira – os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, além das porções amazônicas de países como a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa.

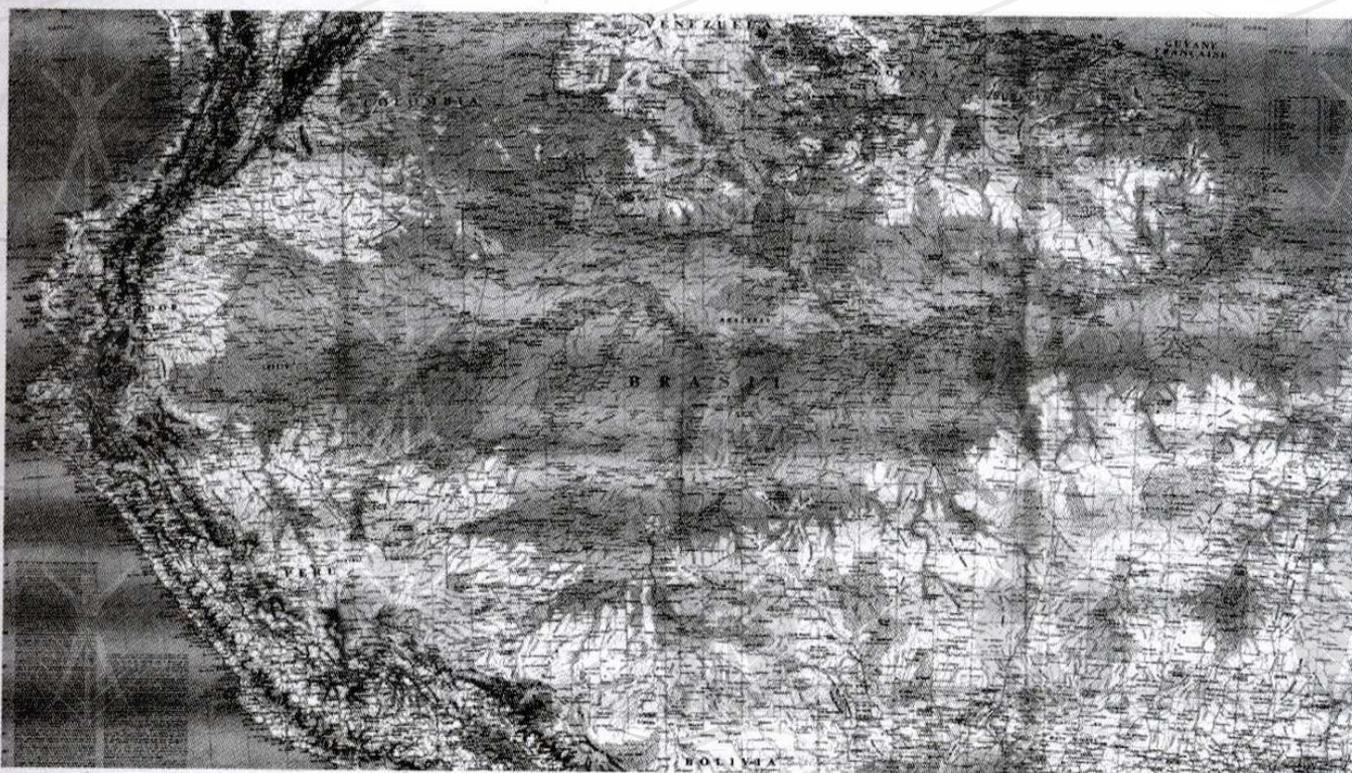


FIGURA 4. Mapa da Amazônia continental.

O ecossistema amazônico mantém-se numa *espécie de equilíbrio estável*, que é afetado quando um de seus componentes é de alguma forma modificado. Dentre tais componentes destacam-se o clima, a vegetação e a fauna, os dois últimos intimamente ligados às sociedades pré-históricas.

Qualquer caracterização do meio ambiente regional deve, obrigatoriamente, começar por uma descrição do clima amazônico; um importante componente para a compreensão da ecologia regional. As condições climáticas: chuvas, ventos, temperatura e umidade relativa do ar, exercem grande influência na floresta e conseqüentemente no meio ambiente como um todo. Nas palavras de Sioli: *o clima pluvial amazônico é uma conseqüência da elevada evapotranspiração desta floresta latifoliada* (1985:19/20).

As chuvas amazônicas são geralmente torrenciais com duração média de no máximo 2 horas e geralmente acompanhadas de fortes trovoadas. Não se distribuem uniformemente pela região; na área de Manaus a precipitação anual chega a 2200 mm; um índice relativamente baixo para as médias regionais, o noroeste amazônico, por exemplo, apresenta precipitação anual de 3600 mm. Mas de um modo geral, o clima da Amazônia Central não apresenta diferenças significativas em relação ao restante da região, de acordo com Iriondo e Latrubesse (1994:121):

The present climate of central Amazonia can be described as "humid equatorial" or "intertropical", characterized by high temperatures and abundant precipitation. The general atmospheric dynamics of the region are dominated by the Intertropical Convergence Zone (ITCZ) and the trade wind system [...] The ITCZ is a zone of convection characterized by almost permanent precipitation.

As correntes de ar vindas do Leste (ventos alísios) penetram a região através das calhas dos rios, que funcionam como corredores naturais. Estes ventos não encontram quaisquer obstáculos e se espalham pelo interior carregando as nuvens de chuva. A ação destas correntes de ar é constante no canal dos rios e chega a formar ondas de mais de 1 metro (banzeiros) no baixo rio Negro próximo à confluência com o Solimões, tornando a navegação perigosa na época das cheias (Iriundo & Latrubesse, 1994:122).

As temperaturas da região estão dentro das expectativas para zonas equatoriais, com médias anuais entre 26° e 27° C e variações de apenas +/-1° C entre as estações quentes e chuvosas. A amplitude térmica pode variar em mais de 10° C em apenas um dia e a umidade relativa do ar chega a atingir 100% durante a noite (Sioli, 1985:22).

A formidável malha hidrográfica, composta por centenas de lagos, *paraná*s, *furos*, *igarapés* e rios, forma uma intrincada e complexa rede que permite o deslocamento por extensas áreas, especialmente nos períodos de cheia. Esta profusão de corpos d'água foi explorada pelos grupos pré-históricos na obtenção de recursos alimentares e como via de transporte, permitindo o trânsito por toda região.

Os cursos d'água que compõem a bacia amazônica são classificados como sendo de água branca, de água clara ou ainda de água preta (Sioli, 1985: 31). De acordo com Junk e Furch (1984:8):

The name 'whitewater' is given to the muddy water, rich in fine suspended inorganic solids of the Amazon itself and some of its tributaries, like Rio Madeira, Rio Purus, Rio Juruá and Rio Jutai. 'Clearwater' is the designation given to the transparent greenish water. This category is represented by the Rio Tapajós, Rio Trombetas, Rio Xingu and Rio Curuá Una. 'Blackwater' is

transparent but has a dark brownish or reddish colour. Representative of this type are the Rio Negro and Rio Urubu.

A oposição entre a água branca e a água preta é mais visível na confluência dos rios Negro e Solimões, assim descrita por Lathrap (1970:31):

Esta distinção é mais evidente em Manaus do que em qualquer outro ponto. Aqui, o Negro, [...] de água negra, junta-se com as águas lamacentas e opacas do Alto Amazonas [Solimões]. Durante muitos quilômetros abaixo da confluência, as duas correntes não se misturam, [...] a água azul escura e transparente do Negro e a água turva do Amazonas [Solimões].



FIGURA 5. O Encontro das Águas (Foto: Eduardo Neves).

Essa diferença não se resume simplesmente à cor e à densidade da água, mas está diretamente ligada à sua capacidade produtiva. Os rios de água branca têm sua origem nos Andes, onde correm em encostas, provocando erosão e carreando imensas quantidades de sedimentos que se acumulam a jusante, fertilizando anualmente as várzeas (Sioli, 1985:34,35). Estes sedimentos, ricos em micronutrientes, sustentam uma fauna aquática que garante, para as sociedades ribeirinhas, recursos protéicos ininterruptamente por todo ano.

Por outro lado, os rios de água preta e de água clara têm suas nascentes nos antigos maciços das Guianas e do Brasil Central e percorrem quilômetros num relevo regular constituído de rochas duríssimas, que *oferecem possibilidades bem menores de erosão* [e conseqüentemente] *tais rios só transportam quantidades apreciáveis de material em suspensão no período das chuvas* (Sioli:1985:35). Essa baixa ocorrência de sedimentos se traduz numa situação oposta a dos rios de água branca, ou seja, baixa incidência de recursos alimentares.

Estas características não eram ignoradas pelas sociedades indígenas, pois como testemunharam os primeiros europeus a navegar o Amazonas, as várzeas dos rios de água branca eram densamente povoadas (Porro, 1995 e Roosevelt, 1991 a, 1991 b e 1992). Nos dias atuais os rios de água branca respondem por 90% do pescado no Estado do Amazonas (Junk & Furch 1985:15).

Estes cursos d'água estão submetidos aos mesmos regimes de cheias entre janeiro e julho e vazantes no restante do ano (verão), quando a pesca é mais abundante.

A bacia hidrográfica também está relacionada à grande diversidade da flora Amazônica que, segundo Pires e Prance, parece homogênea, mas quando analisada detalhadamente apresenta grandes diferenças locais (1985:110). Para estes autores:

The Amazon region is a physiographic and biological entity which is well-defined and distinct from most of the rest of South America by its dense forest, and large biomass. [...] this broad physiognomic view is not based on superficial or purely scenario interpretation but rather on one from the origin and evolution of the region as single unit (1985:110).

Os tipos de cobertura vegetal que geralmente estão associados aos sítios arqueológicos são as capoeiras e as campinaranas. Raramente são encontradas evidências de ocupações humanas pretéritas em contextos de mata primária ou alta floresta. Segundo Sioli (1985:62), as capoeiras ou matas secundárias ocorrem:

Desde tempos remotos a forma de uso da terra pela população aborígene, e a seguir também pela população de “caboclos” neobrasílicos e imigrantes, foi e continua sendo a da chamada ‘shifting cultivation’ [...] a do estabelecimento de pequenas áreas de derrubadas e queimadas (“roças”) [...]. Em consequência da rápida exaustão, estas roças são, 2 a 3 anos após, invariavelmente abandonadas, [...] Nas áreas abandonadas cresce rapidamente uma mata secundária (“capoeira”), a qual 30 a 40 anos mais tarde [só] é [...] distinguível da floresta primária, em vista de algumas espécies peculiares de árvores.

Na opinião de Posey (1986:175), estas “roças”, ao contrário do que se pensa, são altamente produtivas, mesmo após o “abandono”, já que as plantas pioneiras são úteis na alimentação,

como medicamento; iscas para peixes e aves; sapé; material para acondicionamento; tintas; óleos repelentes contra insetos; matérias-primas para construção; fibras para cordas e fios. Dentre as espécies comestíveis, destacam-se: Açaí (*Euterpe oleracea*), Bacaba (*Oenocarpus bacaba*), Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), Pupunha (*Bactris gasipaes*), Taperebá (*Spondias mombim*), Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), etc. Todavia, os frutos, os troncos e as folhas destas espécies, que foram intensamente utilizados pelas sociedades pré-históricas, raramente se preservam em sítios a céu aberto, especialmente na amazônia (Meggers 1985:307 e Rostain 1994:379). A relação entre sítios cerâmicos com terra preta e capoeiras é recorrente na Amazônia.

A Terra Preta (TPI) é a matriz sedimentar de importantes sítios na Amazônia. Na verdade, é um importante componente dessas ocupações, que graças aos altos índices de fertilidade, é tratado, nos dias atuais, como *mercadoria*, sendo largamente utilizada como adubo na região. As origens destes sedimentos permanecem obscuras, mas há fortes indícios que apontam uma origem antrópica, resultado do intenso manejo das matas no decorrer da pré-história. De acordo com Neves (1999:6):

The growing evidence for anthropogenic origins of TPIs [Terras Pretas] has an important implication for ecologically-orientated archaeology in the Amazon: it shows that the amazonian landscape, as we know it today, is not just a product of nature lone, but also a cultural artifact resulting from millennia of human management.

As campinaranas, que estão sempre relacionadas a solos arenosos, são compostas por arbustos e árvores baixas e esparsas, além de varias espécies de gramíneas. Dentre as

espécies mais comuns destacam-se o inajá (*Maximiliana maripa*), a jurubeba (*Solanum paniculatum*) e o maracujá-do-mato (*Passiflora nitida*). Nos dias atuais, vários moradores dos arredores dessas áreas vão aos areais para caçar, já que várias espécies freqüentam estas áreas em busca de alimento e água e a vegetação aberta facilita o abate.

Os areais não são o resultado de deposições eólicas, mas solos lixiviados, consequência de processos de podzolização e estão sempre associados a igarapés de água preta, onde geralmente ocorrem afloramentos de rochas (Sioli 1985:49 e Bigarella, Becker & Passos, 1996:520). Sioli (1985:51) sugere que a cor da água destes igarapés é resultado do tipo de solo associado.

Os solos determinam a decomposição das substâncias vegetais mortas, seja no sentido da oxidação, no caso dos latossolos, originando-se aí águas claras, ou seja, da redução, no caso dos podzols, formando-se aí, de imediato, húmus cru, que dissolvido nas águas de percolação vai alcançar o lençol freático, tingindo-o, para depois aflorar em igarapés de água preta.

O potencial arqueológico desses areais passou a ser conhecido a partir de 2002, quando estudos desenvolvidos na Amazônia revelaram sítios arqueológicos de grande profundidade cronológica.

Estas áreas vêm sendo intensamente exploradas, desde os anos 70, com a areia sendo retirada para construção civil. A extração da areia pode causar a completa destruição dos sítios, ou impactos que chegam a mais de 50% das áreas originais dos sítios. Em areais intactos, que não sofreram qualquer tipo de impacto (extração de areia, construção de estradas, etc.) e

apresentam poucas zonas erodidas, é grande a dificuldade em localizar vestígios arqueológicos, que estão geralmente enterrados em profundidades superiores a 50 cm.

Quanto à fauna, o que chama a atenção é a grande diversidade de espécies aquáticas, que continua a ser, mesmo nos dias atuais, a principal fonte de alimentação das populações de baixa renda da região. O crescimento populacional e o desmatamento ainda não comprometeram a qualidade e produtividade dos rios e lagos amazônicos. Estes recursos vêm sustentando as populações locais desde tempos pré-coloniais.

A fauna terrestre caracteriza-se pela ocorrência de animais de pequeno e médio porte, que raramente vivem em bandos, com exceção dos porcos selvagens. Os desmatamentos colocam em risco esses animais, que cada vez mais se tornam raros. No passado, tanto a várzea quanto a terra-firme eram densamente habitadas por várias espécies de animais, segundo Acuña (1942:44/45):

Muchos géneros de cazas, como: antas [...] puercos montaraces, [...] venados, pacas, cotias, iguanas, yagotis, y otros animales, [...] de buenas carnes y buen gusto [...] Hay perdices en los campos [...] patos y otras aves de agua, para cuando ellos quieran aprovecharse de ellas. Y lo que más admira es el poco trabajo que cuestan todas estas cosas.

Muitas escavações realizadas em sítios arqueológicos de diversas regiões da Amazônia têm revelado uma grande abundância de restos faunísticos, principalmente ossos de mamíferos, peixes e quelônios.

6. HISTÓRICO E PROBLEMAS DE PESQUISA

Na Amazônia, uma quantidade imensa de vestígios arqueológicos, tais como grandes urnas e potes cerâmicos finamente decorados, eram e são ainda hoje encontrados por viajantes, curiosos e arqueólogos, despertando um grande interesse na reconstrução da história e dos modos de vida das populações que viveram nessas áreas no passado.

Os primeiros esforços nesse sentido remontam a fins do século XIX e início do séc. XX, com os estudos de F. Hartt, O. Derby, F. Penna, B. Rodrigues, L. Guedes, B. Ramos, C. Nimuendajú, entre outros, que trouxeram valiosas contribuições para a constituição da história pré-colonial da região (Roosevelt, 1995:115). Foi, no entanto, apenas a partir das décadas de 50 a 70 que se iniciaram nessas áreas pesquisas com metodologias abrangentes destinadas também a treinar jovens pesquisadores brasileiros. Tais trabalhos foram desenvolvidos principalmente por arqueólogos norte-americanos, tais como B. Meggers, C. Evans.

A publicação, em 1948, do *Handbook of South American Indians*, editado por Julian Steward deu um impulso às pesquisas arqueológicas e antropológicas nas terras baixas da América do Sul. Foi através do *Handbook* que primeiramente se lançou o modelo de **Cultura da Floresta tropical** (TFC), definida por Lowie através da presença de traços tão diversos como o uso de redes de dormir, navegação fluvial, a cerâmica, agricultura incipiente, especialmente o cultivo de tubérculos, e a ausência de elementos arquitetônicos ou metalúrgicos (Lowie 1948). Foi também através do *Handbook* que se lançou uma perspectiva, ainda forte na arqueologia sul-americana, que enxerga a Amazônia como uma área periférica na história cultural do continente (ver, por exemplo, Wilson, 1999). Nessa perspectiva, os povos que habitaram a Amazônia no passado

seriam oriundos de levas migratórias de populações sub-andinas, com um nível cultural considerado mais avançado, denominado Cultura Circum-Caribe. Este movimento populacional teria partido do noroeste da América do Sul em direção ao litoral Atlântico. Ao atingir a foz do rio Orinoco, esses povos teriam se separado em dois grupos. Um teria se dirigido às Antilhas, mantendo seu padrão cultural tradicional, e o outro grupo teria chegado à foz do rio Amazonas e subido o rio continente adentro. O ambiente tropical teria impossibilitado estes grupos de manterem seus padrões culturais, forçando-os a abandonar certas características mais complexas, e se estabilizado na condição de Cultura de Floresta Tropical (Steward, 1948).

Uma das grandes contribuições de Steward e Lowie para a arqueologia das terras baixas tropicais da América do Sul foi a criação de modelos preditivos testáveis, que impulsionaram uma série de pesquisas arqueológicas na região, que por sua vez geraram hipóteses e debates sobre a cronologia de ocupação da Amazônia pré-colonial e o processo de formação dos sítios arqueológicos.



FIGURA 6. Modelo de dispersão populacional proposto por Steward (Rouse, 1992).

Outro autor que trouxe contribuições originais à arqueologia amazônica neste momento foi o norte-americano Donald Lathrap. Ele se apropriou do conceito de Cultura da Floresta Tropical de maneira diferente, apresentando um quadro alternativo para a arqueologia amazônica. A constituição do chamado “*modelo cardíaco*” (Brochado, 1989, Brochado & Lathrap, 1982, Lathrap, 1970, Lathrap, & Oliver, 1987) colocou a Amazônia central como uma região chave para a compreensão da história pré-colonial das terras baixas da América do Sul. O modelo sugere ser ali o centro onde se

desenvolveram inicialmente processos como o adensamento demográfico, resultante de adaptações agrícolas e ribeirinhas bem sucedidas, e a emergência da complexidade socio-política, resultante de uma duradoura ocupação humana.

Segundo a hipótese de Lathrap, a Amazônia central teria sido um dos prováveis centros de origem e expansão da Cultura da Floresta Tropical e da agricultura no continente, bem como também o centro de dispersão inicial das populações ancestrais dos atuais falantes de línguas dos troncos Arawak e Tupi (Lathrap, 1970a:72, Lathrap, 1977). O período inicial desse processo seria datado ao redor de 4000 AC (Brochado & Lathrap 1982, Lathrap & Oliver, 1987).

A partir dos anos 80, Roosevelt e seus colaboradores brasileiros iniciaram pesquisas no médio baixo Amazonas. Estes trabalhos, ao contrário daqueles coordenados por Meggers, não se baseiam em quaisquer comparações entre sociedades indígenas atuais e grupos pré-históricos, pois a autora alega que a conquista européia teria transformado profundamente as sociedades indígenas amazônicas, comprometendo analogias baseadas em dados etnográficos (Roosevelt, 1991a:132). Com base nos dados reunidos na última década, a pesquisadora interpretou os sítios de grandes dimensões das áreas ribeirinhas como resultado de um processo iniciado:

Durante os últimos 2000 anos antes da conquista, [quando] sociedades complexas de larga escala desenvolveram-se em áreas de solos [...] ricos e de grande disponibilidade de recursos faunísticos, tendo a densidade populacional atingindo níveis muito altos. Muitas dessas sociedades sedentárias de larga escala alcançaram uma estabilidade adaptativa que persistiu por mais de mil anos, uma longevidade considerável (1991a:113).

Como se vê, uma conclusão diametralmente oposta à de Meggers, suscitando mais e novas dúvidas acerca da pré-história amazônica e da importância da Amazônia Central neste contexto, deixando sem respostas questões referentes à emergência de sociedades complexas na Amazônia pré-colonial e a possibilidade de ocorrerem ocupações com grande densidade demográfica e de longa duração em ambientes de floresta tropical (Neves, 2000:3).

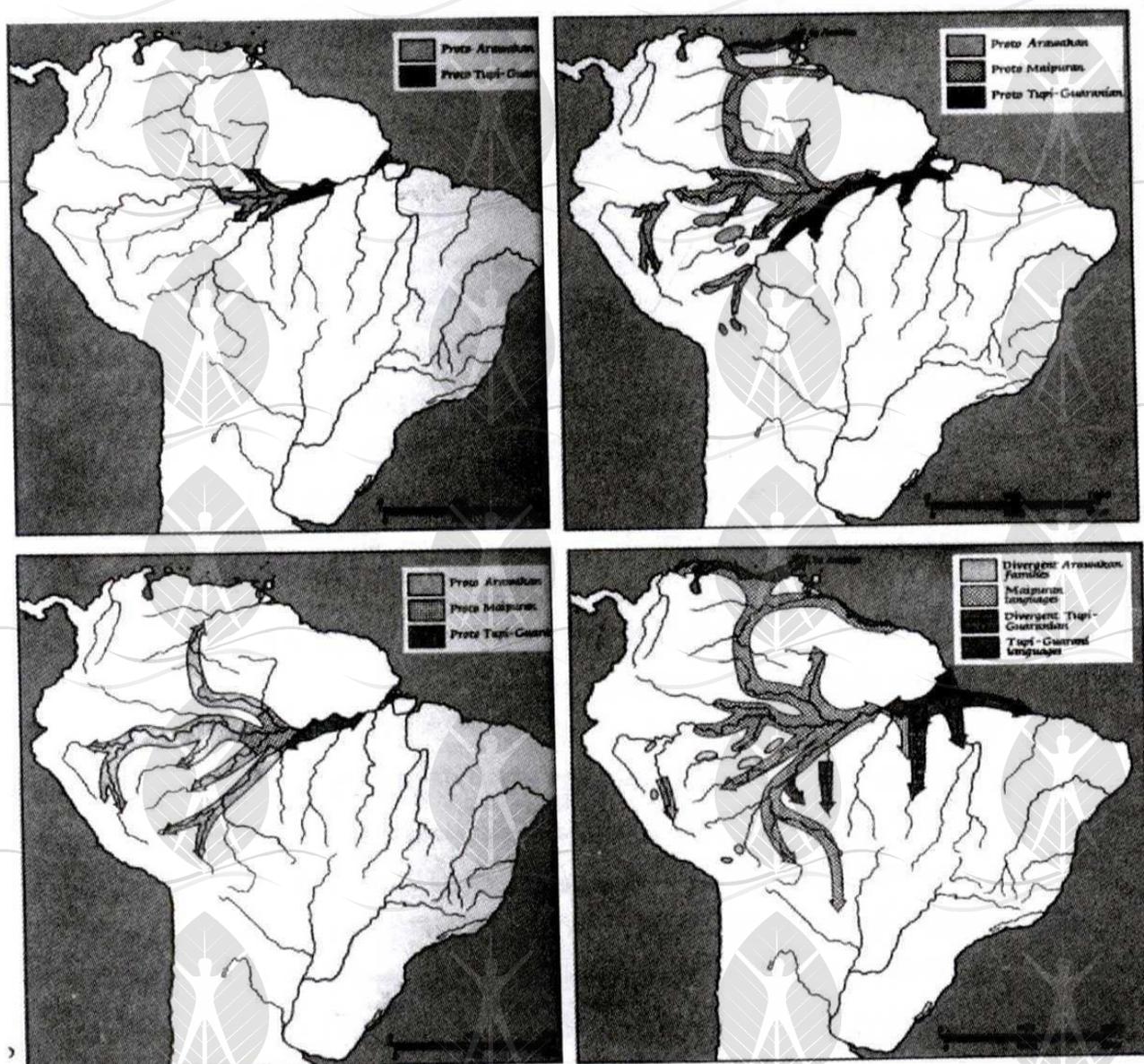


FIGURA 7. Mapas com modelos de dispersões populacionais na Amazônia (Lathrap, 1970).

7. O INÍCIO DA OCUPAÇÃO HUMANA

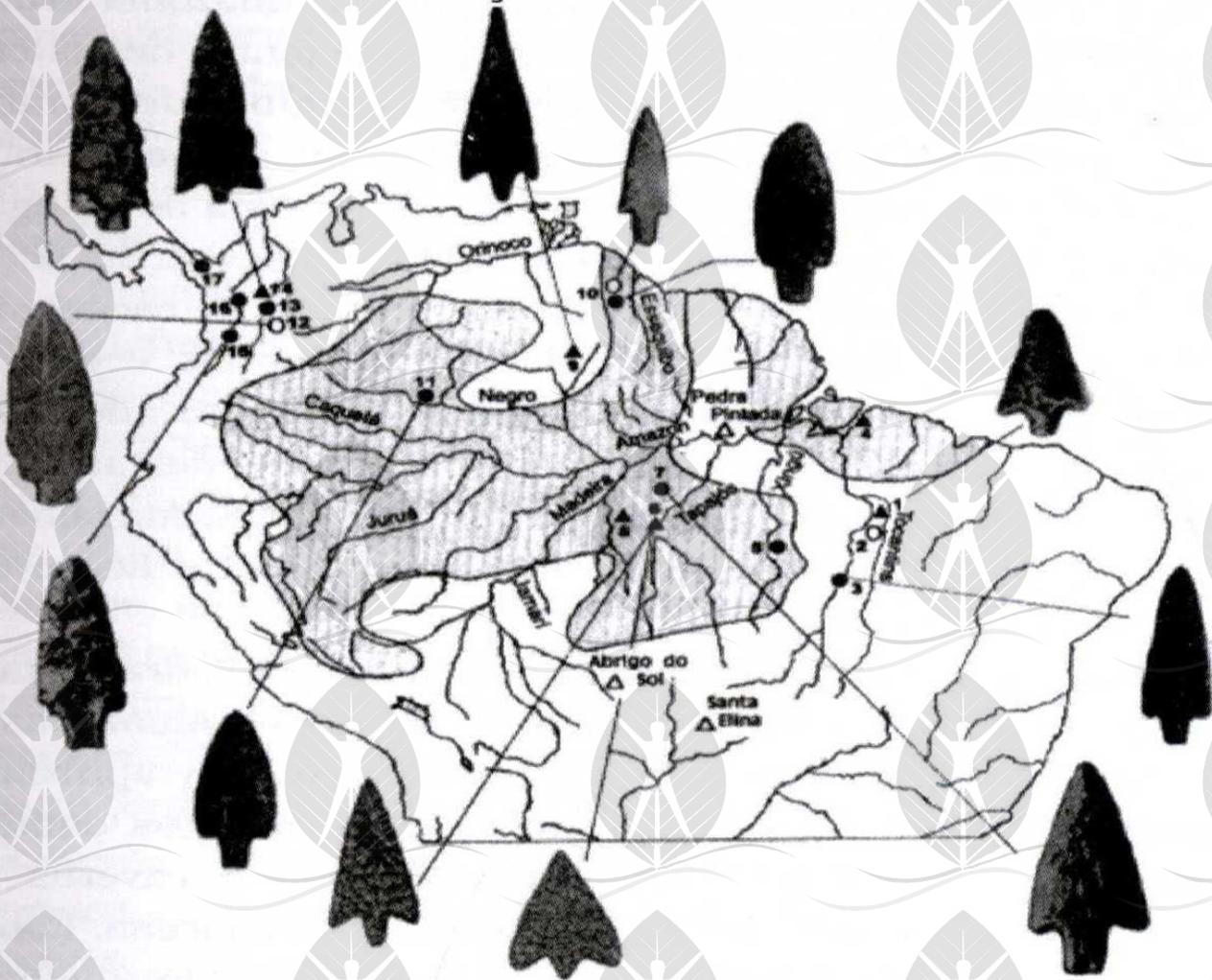


FIGURA 8. Mapa com pontas de projétil encontradas na Amazônia (Fonte: Meggers, 2002).

Ao contrário do que alguns pesquisadores pensavam, há evidências de ocupações humanas remotas dispersas ao longo da bacia amazônica e regiões adjacentes no decorrer do Pleistoceno tardio e do início do Holoceno (Roosevelt, 1992:58). Estas evidências consistem em artefatos líticos lascados, encontrados em subsuperfície, em abrigos e também em Sambaquis. A julgar pelas evidências disponíveis, trata-se de grupos humanos de tamanho reduzido, com uma economia baseada na caça, pesca e coleta, que viveram na região há aproximadamente onze mil anos atrás, como é o caso da Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre, Pará. A opinião

de que não havia ocupações tão antigas na Amazônia estava associada, em parte, à suposta ausência de fontes de matéria prima lítica (Costa, 2002). Ocorre, no entanto, que durante muito tempo os pesquisadores se voltaram apenas para a prospecção de sítios cerâmicos, perdendo de vista os vestígios arqueológicos menos evidentes na região (Roosevelt, 1992).

A partir da década de 1980, com o início de escavações sistemáticas no Pará, coordenados por Roosevelt, e com os trabalhos de licenciamento ambiental, as sociedades pré-ceramistas passaram a ocupar um lugar de destaque no quadro da arqueologia amazônica (Hilbert, 1998, Magalhães, 2005, Meggers & Miller, 2003, Roosevelt, 1992 e Roosevelt, Douglas & Brown, 2002).

Os trabalhos de Roosevelt na Caverna da Pedra Pintada (Monte Alegre/PA), na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, revelaram um pacote arqueológico com aproximadamente 2 m de espessura e níveis pré-cerâmicos datados entre 11.200 e 10.000 AP, indicando que a caverna foi ocupada no período de transição Pleistoceno-Holoceno. Foram coletados carvões, restos botânicos, restos faunísticos, conchas e pigmentos minerais associados aos grafismos das paredes e teto da caverna. Também foram exumados aproximadamente 30.000 artefatos líticos nos níveis pré-cerâmicos, sendo que apenas 24 eram peças retocadas: fragmentos triangulares de pontas de projétil, raspadores, lascas retocadas, etc. As matérias-primas preferencialmente utilizadas foram a calcedônia e o quartzo cujas fontes estão fora do sítio (Roosevelt, Douglas & Brown, 2002:196). Na opinião dos autores, tais grupos teriam uma economia baseada na exploração dos recursos da floresta tropical (Roosevelt, Douglas & Brown, 2002).

Os grandes empreendimentos na área energética (geração e transmissão) e mineral, em meados da década de

1980, demandaram importantes trabalhos de licenciamento ambiental. Dentre eles destacam-se os resgates arqueológicos nas áreas afetadas pela construção da UHE de Samuel no rio Jamari, bacia do rio Madeira (RO); e nas cavernas da Serra dos Carajás, bacia do baixo Tocantins (PA) (Hilbert, 1998, Magalhães, 2005 e Miller et alii., 1992).

Durante o salvamento arqueológico da UHE de Samuel foram definidas três fases pré-cerâmicas: Itapipoca, com sítios datados entre 10.000 e 7.000 AP; Pacatuba, com datas entre 6.090 e 5210 AP; e Massangana, com datações entre 4.780 e 2.640 AP. Os artefatos da fase Itapipoca foram coletados em três sítios a céu aberto. Apesar da baixa densidade de artefatos, apenas 163, ocorrem raspadores, percutores, lascas com e sem retoques, e núcleos esgotados. As matérias-primas exploradas foram a calcedônia, quartzo, basalto e rochas cristalinas (Miller et alii., 1992: 36 e 37). Quatro sítios a céu aberto forneceram 619 peças da fase Pacatuba: raspadores de pequenas dimensões, percutores, núcleos, lascas e fragmentos de lasca. O quartzo foi a rocha mais utilizada, mas também ocorrem artefatos de calcedônia, basalto e rochas cristalinas (Miller et alii., 1992: 36 e 37). A fase Massangana foi caracterizada através da análise de 692 artefatos coletados em nove sítios a céus aberto. A indústria lítica é composta por lâminas lascadas, pequenos raspadores, lascas, núcleos, percutores, bigornas, pequenos pilões com restos de corante e mãos-de-pilão. Ao contrário das fases mais antigas, na fase Massangana as rochas cristalinas foram mais exploradas em detrimento do quartzo, calcedônia e hematita, que ocorrem em menores quantidades (Miller et alii., 1992: 37).

Os trabalhos na região da Serra de Carajás vêm sendo realizados desde a década de 1980 até os dias atuais. As escavações sistemáticas em cavernas e abrigos produziram grande quantidade de vestígios de grupos pré-ceramistas:

carvões, restos alimentares e artefatos líticos (Hilbert, 1998 e Magalhães, 2005). Dentre as cavernas escavadas, destacam-se a Gruta do Gavião e a Gruta do Pequiá. As escavações na Gruta do Gavião revelaram uma camada pré-cerâmica com artefatos líticos e datações de 8.140 AP. As matérias-primas utilizadas são: quartzo hialino, ametista e citrino. A indústria lítica é composta por raspadores e artefatos bipolares de quartzo (Hilbert, 1998:295). Na Gruta do Pequiá os níveis pré-cerâmicos foram datados entre 8.119 e 9.000 AP. Mais de 4.000 artefatos líticos foram coletados, entre percutores, um polidor e lascas de quartzo hialino, leitoso, opala e ametista (Magalhães, 2005:181).

Tanto Hilbert quanto Meggers e Miller não enxergaram uma relação direta entre as indústrias líticas, atribuídas aos grupos pré-ceramistas, dos sítios escavados na Amazônia e as pontas de projétil. Hilbert, por exemplo, em relação ao material lítico da Caverna da Pedra Pintada, sugere *que o conjunto de artefatos tem mais semelhança com a indústria lítica da Tradição Itaparica da região Central do Brasil, do que com qualquer uma das pontas bifaciais* (Hilbert, 1998:307). Em relação aos materiais líticos da Gruta do Gavião ele afirma que não foram encontradas pontas-de-projétil ou instrumentos bifaciais (Hilbert, 1998:295).

Para Meggers e Miller as indústrias líticas dos sítios a céu aberto e em abrigos são compostas, majoritariamente, por artefatos expeditos, raramente retocados, e refugos da debitage unipolar (lascas e núcleos) (Meggers e Miller, 2003:300 e 309). Nesses sítios, os produtos e subprodutos bifaciais, fabricados pelo lascamento por pressão com o uso de retocadores leves, são exceção.

Na Amazônia venezuelana, na bacia do médio rio Orinoco, no sítio Provincial a 15 km norte de Puerto Ayacucho, as ocupações pré-cerâmicas foram datadas em 9.200 AP.

Neste e em outros sítios da região, as ocupações são caracterizadas por materiais líticos lascados pertencentes à Tradição Atures I, com lascas e artefatos bipolares de quartzo, em alguns casos feitos a partir de seixos, e artefatos brutos para processar coquinhos e sementes (Barse, 1995, 2003). No sítio Culebra, na foz do rio Cataniapo, a maior parte da amostra lítica é composta por lascas e artefatos bipolares de seixos, mas também ocorrem pontas-de-projétil de chert datadas de períodos mais recentes, posteriores a 7.000 AP (Barse, 2003:263). Análises paleoclimáticas e geomorfológicas indicam que a floresta tropical era a vegetação existente na região no início do Holoceno (Barse, 2003:267).

Na bacia do rio Caquetá, na Amazônia colombiana as escavações no sítio Peña Roja revelaram ocupações datadas em 9.000 AP (Gnecco & Mora, 1997). As análises de pólen indicam que a região já era dominada pela floresta tropical. A indústria lítica dos níveis pré-cerâmicos é expedita e não especializada, composta majoritariamente por lascas unifaciais sem retoques. Dentre os poucos artefatos retocados destacam-se os raspadores, lascas com gumes retocados, perfuradores, etc. O chert foi a matéria-prima mais utilizada no lascamento. Também ocorrem artefatos brutos e picotados como pilões, associados ao processamento de sementes e raízes (Mora & Gnecco, 2003:275).

Nos arredores de Manaus, os primeiros dados confiáveis acerca do período pré-cerâmico começaram a surgir em 2001 quando foi localizado o sítio Dona Stella, com uma indústria lítica com datações de 9.460 AP.

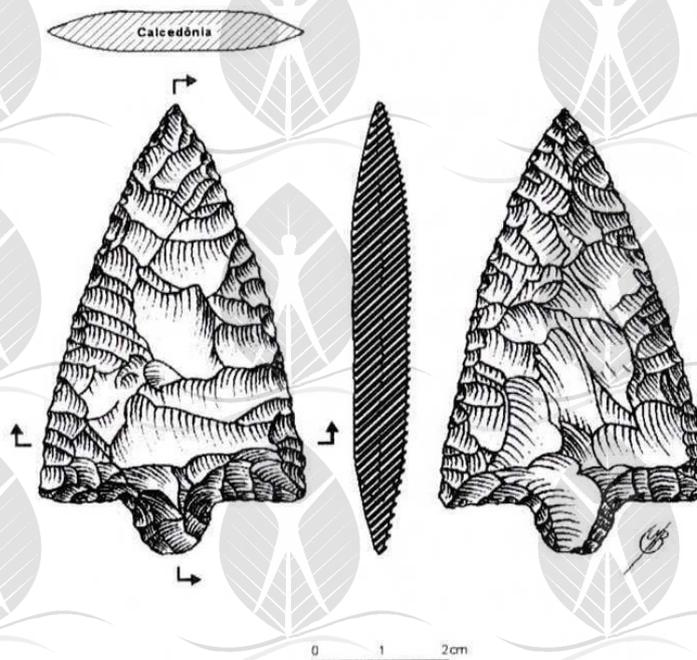
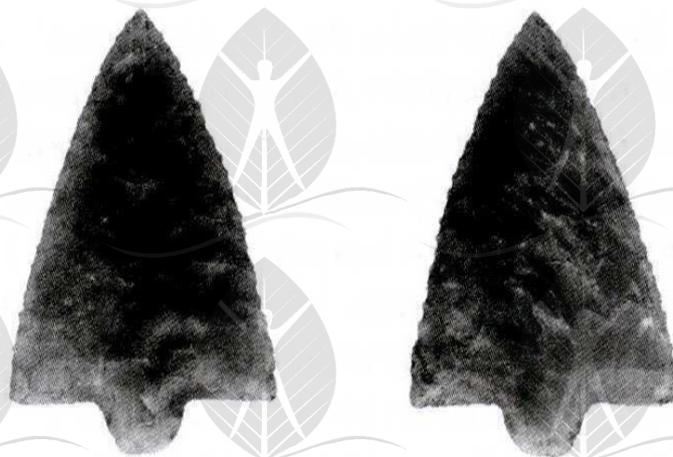


FIGURA 9. Ponta de projétil encontrada em Iranduba/AM (Desenho: Marcos Brito).

No extremo oposto da Amazônia, na bacia do alto rio Guaporé, atual Estado do Mato Grosso, uma outra gruta, conhecida como Lapa do Sol, forneceu algumas datas ainda mais antigas, ao redor de cerca de 12.000 anos AC. Esse sítio foi escavado na década de setenta por Eurico Miller, com o auxílio dos índios Nambiquara que vivem na área. As condições de preservação do sítio, no entanto, que sofreu uma intensa ação de cupins, misturando talvez as camadas

arqueológicas, faz com que essa data seja tomada com cautela e que novas escavações sejam realizadas no local para confirmá-las.

Apesar da escassez de dados, há um padrão emergente no que refere ao entendimento da economia dos primeiros habitantes da Amazônia. Esse padrão mostra que esses povos tinham uma estratégia de exploração de recursos que valorizava a característica biodiversidade da região, isto é, eles não eram caçadores especializados na captura de animais de grande porte, mas sim pescadores, coletores e também caçadores, mas de animais de pequeno porte. Essa afirmação pode parecer óbvia, uma vez que há, de qualquer modo, poucas espécies de animais de grande porte na Amazônia, mas é importante se considerar que, tradicionalmente, a arqueologia americana esteve impregnada de uma perspectiva, hoje bastante questionada, de que os primeiros habitantes do continente teriam sido caçadores especializados na captura de animais de grande porte. Por conta disso, alguns autores chegaram até a propor que teria sido impossível a ocupação da floresta tropical antes do advento da agricultura. Tais hipóteses gerais têm sido derrubadas nos últimos anos, em grande parte graças a informações obtidas na América do Sul. Essas informações mostram, em primeiro lugar, que há cerca de 11.000 anos, havia na América do Sul populações com diferentes tipos de economias: algumas eram especializadas na exploração de recursos marinhos, outras, como na Amazônia, tinham economias diversificadas enquanto outras eram até especializadas na caça. Por outro lado, os dados obtidos em diferentes partes da Amazônia mostram que, de fato, a floresta tropical foi ocupada antes do advento da agricultura, ou seja, por populações com economias baseadas na caça, pesca e coleta. O estudo do início da ocupação humana das Américas sempre foi um dos

temas mais debatidos na arqueologia americana, em uma discussão que já tem mais de um século. Atualmente, esse debate passa por uma transformação profunda, já que a maioria dos arqueólogos concorda com o fato de que as Américas tenham sido ocupadas há mais de 12.000 anos. Os dados da Amazônia têm uma contribuição fundamental para esse debate, ao mostrar que as populações que colonizaram inicialmente a região tinham economias diversificadas.

Ao redor de 10.000 e 8.000 AC, na transição entre o Pleistoceno e Holoceno, é provável que as condições climáticas e ecológicas da Amazônia fossem semelhantes às atuais como consequência de um processo de aquecimento global iniciado alguns milhares de anos antes, a partir de 16.000 AC. Nessa época, a temperatura do planeta era em média 6° C abaixo da atual. Parte considerável da água do planeta estava retida em grandes geleiras localizadas no alto das montanhas ou nas altas latitudes. O território que corresponde atualmente ao Canadá, por exemplo, estava coberto por uma massa de gelo de 3km de espessura de milhões de quilômetros quadrados de área. Uma consequência da formação de geleiras foi o recuo do nível do mar, que em alguns pontos ficou até 100 m. abaixo dos níveis atuais. No caso do rio Amazonas, o recuo do nível do mar fez com que sua foz há 18.000 anos ficasse num local muito distante de onde está hoje, próximo à costa da Guiana Francesa, a mais de 100 km de distância do litoral atual.

A partir de 16.000 AC ocorreu um processo de reaquecimento, cujas causas têm a ver com variações na órbita do planeta. Na Amazônia, de 11.000 AC em diante, os registros indicam aumento da pluviosidade, do nível dos rios e da sedimentação aluvial. O crescimento gradual do nível do mar, o derretimento de geleiras nos Andes e o aumento do volume d'água nos rios levaram ao afogamento de cursos d'água e à formação de lagos, típicos da paisagem regional por

toda a região. Desse modo, é provável que os primeiros habitantes da Amazônia tenham vivido em um contexto ecológico parecido ao atual. Paradoxalmente, os registros paleoclimáticos e paleoecológicos do Holoceno médio – ou seja, da época entre 6.000 e 1.000 AC – são menos conhecidos que os do início do Holoceno. As melhores fontes de informação disponíveis para o entendimento do clima e do meioambiente nessa época provêm de fontes distintas: pólenes preservados no fundo de lagos, geleiras nos Andes, química dos solos, micro-vestígios vegetais conhecidos como fitólitos e a própria implantação dos sítios arqueológicos. Todas essas fontes independentes de dados parecem indicar que, na Amazônia, o clima foi mais seco entre 6.000 AC e 1.000 AC. Uma possível consequência desse intervalo seco deve ter sido a retração de áreas cobertas por floresta, com consequente expansão de áreas de cerrado, bem como – nas áreas onde a floresta permaneceu – a mudança na frequência de espécies de plantas. É também possível que o nível médio dos rios tenha diminuído como consequência desse período mais seco. No baixo rio Xingu, os níveis de base de alguns sítios conhecidos como sambaquis, datados ao redor de 2.000 anos AP, estão atualmente submersos, indicando que o nível médio do rio Xingu deveria estar mais baixo que atual no início da ocupação dos sítios. Na baía de Caxiuanã, próximo ao baixo Xingu, houve aumento de chuva a partir de 700 AC, enquanto que no período anterior, de 4.000 AC a 700 AC, o lago era bem mais raso do que atualmente, embora a vegetação circundante já fosse composta por floresta tropical.

As evidências apontam claramente para a ocorrência de variações climáticas e ecológicas durante o Holoceno na Amazônia. Os dados são quase concordantes em um aspecto fundamental para a história da ocupação humana na região: o fato de que houve aumento nas condições gerais de

precipitação e umidade, além da expansão da floresta em alguns casos, a partir de cerca de 3.000 anos AP. Tal processo deve estar relacionado às mudanças visíveis no registro arqueológico da região, notadas a partir da mesma época, conforme se verá a seguir. Particularmente no que se refere ao estudo do início da ocupação humana da Amazônia, o reconhecimento de que houve mudanças climáticas significativas ao longo do Holoceno pode explicar porque houve uma aparente diminuição da frequência de sítios arqueológicos nesse período. Paradoxalmente, conhece-se mais sobre os sítios mais antigos, ocupados antes de 6.000 AC, que sobre os sítios ocupados entre 6.000 AC e 1.000 AC. Estará essa lacuna nas informações relacionada de fato a um esvaziamento demográfico da região resultante das mudanças climáticas? Ou, por outro lado, os sítios dessa época não estão sendo identificados devido a problemas nas estratégias de levantamento utilizadas pelos arqueólogos? A ainda baixa quantidade de pesquisas impede que tais perguntas sejam respondidas com certeza. Baseado, no entanto, nos dados atualmente disponíveis apenas duas áreas da Amazônia foram ocupadas mais ou menos continuamente durante o Holoceno. A primeira inclui a região do baixo rio Amazonas e estuário, desde a atual cidade de Santarém até o litoral, no Estado do Pará. A segunda inclui a bacia do alto rio Madeira e seus afluentes, onde atualmente está localizado o Estado de Rondônia. Talvez não por acaso, essas áreas correspondem também a locais onde a floresta ficou mais estável ao longo do Holoceno.

Outra evidência importante são as pontas-de-projétil, que na Amazônia são artefatos raros e pouco conhecidos na arqueologia regional. As poucas pontas conhecidas, todas sem contexto arqueológico, são apresentadas em três artigos que descrevem as principais características morfológicas dessas

peças, identificam as matérias-primas utilizadas e apontam as prováveis origens desses achados (Hilbert, 1998, Meggers & Miller, 2003 e Roosevelt, Douglas & Brown, 2002).

O levantamento de Hilbert (1998), por exemplo, apresenta nove pontas sem proveniência, sendo que a maioria delas pertence a colecionadores particulares ou a Museus. Nesse artigo, Hilbert apresenta uma caracterização tecnológica detalhada das pontas, as matérias-primas utilizadas na fabricação e desenhos de cada uma das peças.

Roosevelt, Douglas e Brown (2002:190) mencionam apenas sete desses artefatos, todos sem contexto arqueológico, no médio e baixo Amazonas; e afirmam que não há pontas de projétil datadas no Holoceno no Baixo Amazonas. Meggers e Miller publicaram um artigo incluindo um mapa com treze pontas de projétil, sendo que apenas uma delas foi datada (Meggers & Miller, 2003). Nesse artigo, os autores argumentam que as principais evidências de caçadores-coletores na Amazônia são as pontas-de-projétil, sem contexto arqueológico, os vestígios exumados nas escavações sistemáticas de três abrigos (Pedra Pintada no Pará, Abrigo do Sol e Santa Elina no Mato Grosso) e os trabalhos de resgate arqueológicos (Meggers & Miller 2003).

Além dessas pontas-de-projétil, há informações de duas pontas depositadas na Universidade Federal de Roraima (Neves, com. pessoal, 2005) e uma exposta numa coleção particular na cidade de Maués/AM (Lima & Silva, 2005). Nenhuma dessas pontas foi coletada por arqueólogos e nos três casos o contexto arqueológico e a proveniência exata são desconhecidos.

Na Amazônia são conhecidas apenas 29 pontas-de-projétil, 22 foram encontradas em território brasileiro e apenas 4 foram coletadas no Estado do Amazonas. Todas são ocorrências isoladas oriundas de contextos arqueológicos

desconhecidos e foram encontradas fortuitamente (Hilbert, 1998; Meggers & Miller, 2003; Roosevelt, Douglas & Brown, 2002 e Lima & Silva, 2005). A única ponta-de-projétil proveniente de um contexto arqueológico datado (9.000 AP) na Amazônia foi coletada por arqueólogos no sítio Dona Stella em Iranduba/AM.

8. A DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS E AS ORIGENS DA AGRICULTURA

É grande a lista de plantas atualmente consumidas que foram domésticas nas Américas: abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, mamão, mandioca, maracujá, milho, pimenta vermelha, pupunha, tabaco, tomate, entre outros (Neves, 2006).

Há um grande debate sobre a antigüidade do início do processo de domesticação de plantas nas Américas, mas é provável que os colonizadores iniciais do continente - que tinham seu modo de vida organizado na caça, pesca e coleta - já praticassem algum tipo de manejo de plantas, conforme dados obtidos, por exemplo, na Amazônia equatoriana. A domesticação de plantas deve ser entendida como um processo a partir do qual algumas espécies de plantas selvagens são manipuladas com o objetivo de destacar algumas de suas características, num raciocínio semelhante, por exemplo, ao feito atualmente por criadores de animais de raça. Assim, por exemplo, o processo de domesticação da mandioca envolveu a manipulação de espécies selvagens com o objetivo de desenvolver variedades com raízes mais grossas e longas, já que a raiz é a parte consumida da planta. Do mesmo modo, a domesticação da pupunha, que é uma espécie de palmeira cujos frutos - do tamanho de uma ameixa - são

amplamente consumidos na Amazônia e outros países da América do Sul e Central, envolveu um processo de seleção que privilegiou ao longo do tempo as variedades que tinham frutos maiores. O processo de seleção intencional que leva à domesticação de uma planta é bastante longo, com duração de muitas décadas ou mesmo muitos séculos. Nesse sentido, a agricultura não foi “inventada” por alguns poucos indivíduos. Ao contrário, ela resulta de processos longos e cumulativos ao longo dos quais a seleção intencional de características morfológicas das plantas acabou por levar ao surgimento de novas espécies diferentes, mas aparentadas, das espécies selvagens das quais se originaram.

Pode-se considerar a emergência da agricultura como um processo co-evolutivo no qual seres humanos e plantas desenvolveram uma dependência mútua que tornou a vida de ambos impossível sem a presença do outro. A mandioca é um bom exemplo: essa planta foi domesticada na Amazônia e atualmente é consumida em larga escala pela América Latina, Caribe, África e Ásia. A mandioca é tão dependente dos seres humanos para se reproduzir que muitas variedades já perderam a capacidade de lançar sementes no solo. Nesses casos é necessário que talos do galho da planta sejam quebrados e plantados pelos agricultores. Por outro lado, é correto afirmar que muitas populações do mundo subdesenvolvido provavelmente teriam dificuldades nutricionais ainda piores se não fosse pelo cultivo de mandioca. O exemplo da mandioca é ilustrativo e impressionante, já que os índios – provavelmente as índias – do passado desenvolveram uma tecnologia sofisticada – baseada no uso de vários instrumentos como o ralador, o tipiti e o cumatá – que transforma uma planta extremamente venenosa em vários produtos importantes como o beiju, a farinha, a tapioca e o caxiri.

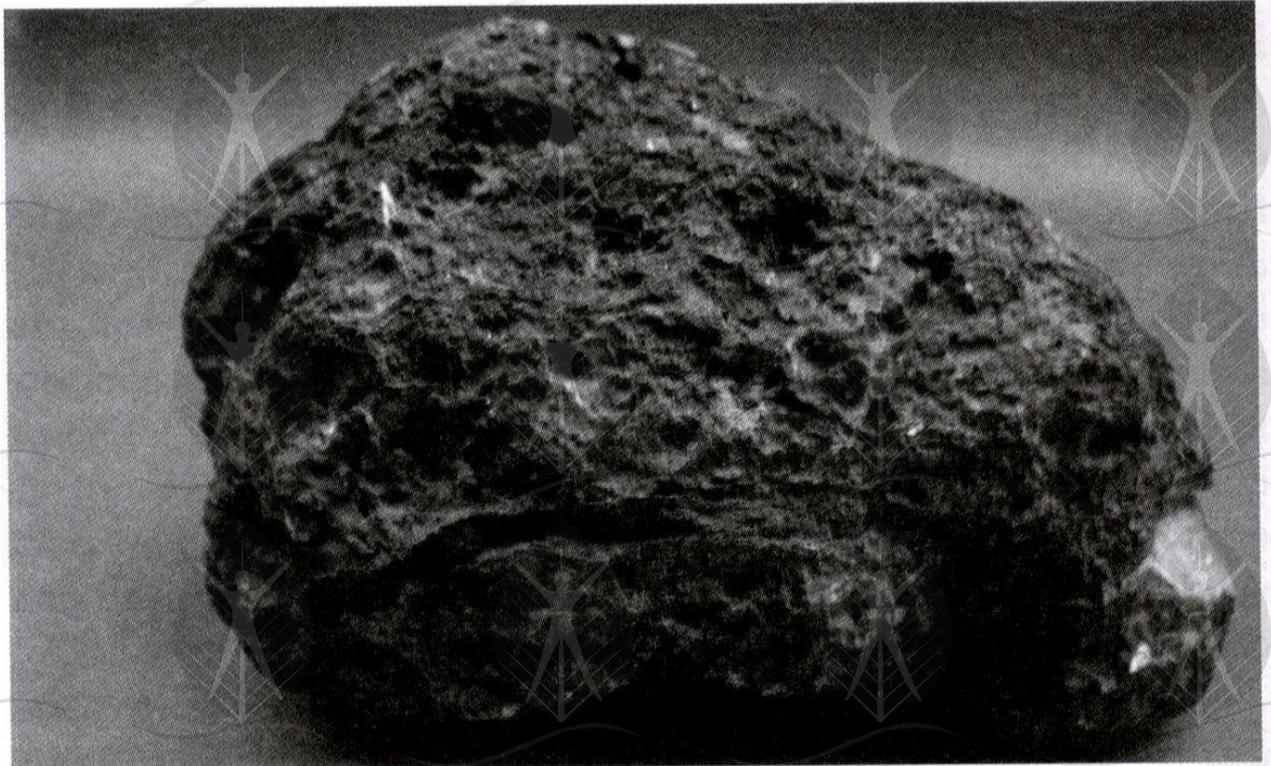


FIGURA 10. Pão de Índio. (Foto: José Caldas).

No estudo do processo de domesticação de plantas e animais, algumas áreas são classificadas como centros, isto é, locais onde esses processos inicialmente ocorreram, enquanto outras áreas são consideradas receptoras, isto é, locais que posteriormente receberam essas inovações. Nas Américas existem dois centros conhecidos de domesticação de plantas: a Mesoamérica – partes do México, Guatemala e Honduras -, e os Andes centrais. Paulatinamente, no entanto, a Amazônia tem também sido considerada como um centro independente de domesticação. A lista de plantas domesticadas na Amazônia é extensa e inclui, dentre outras, o abacaxi, açaí, amendoim, mamão e, principalmente, a mandioca e a pupunha. Normalmente, um centro de domesticação pode ser identificado a partir dos próprios vestígios paleobotânicos encontrados nos sítios arqueológicos ou a partir de estudos botânicos e genéticos indicando a ocorrência, em áreas específicas, de espécies selvagens, isto é, não domesticadas,

que tenham parentesco com as espécies domesticadas. Dentro da grande diversidade ecológica e geográfica que caracteriza a Amazônia, há uma área específica que pode ter sido um importante centro de domesticação na região: a bacia do alto Madeira e seus afluentes, onde hoje está o Estado de Rondônia. De acordo com evidências botânicas e genéticas, esse foi o centro de domesticação de duas das mais importantes plantas cultivadas atualmente na Amazônia: a mandioca e a pupunha. Curiosamente, e talvez não por caso, é essa uma das poucas áreas da Amazônia onde há claras evidências de ocupação humana contínua durante todo o Holoceno. Conforme se verá adiante, o alto Madeira pode também ter sido o centro de origem das línguas Tupi.

As formas antigas de agricultura da Amazônia foram provavelmente bastante parecidas com algumas práticas atuais, tal como o cultivo nos quintais das casas – às vezes em hortas suspensas, geralmente sobre canoas abandonadas – de plantas medicinais ou temperos, como diferentes tipos de pimentas. Uma diferença tecnológica significativa, no entanto, é que as populações pré-coloniais da Amazônia não dispunham de machados de metal para abrir suas roças. É provável que a introdução desse tipo de instrumento, bem como de facões, a partir do século XVI DC, tenha modificado as práticas agrícolas e os próprios padrões de mobilidade das sociedades amazônicas.

A técnica de cultivo tradicionalmente utilizada na Amazônia, mas também na Mata Atlântica e Brasil Central, é a **agricultura de coivara** ou **slash and burn**, que consiste na derrubada e queima de áreas de floresta, realizadas na época da seca, e posterior cultivo nesses locais. As cinzas resultantes da queima contribuem para fertilizar os normalmente pouco férteis solos das áreas de terra-firme da Amazônia. Nas roças de coivara, os troncos das árvores

derrubadas e queimadas são mantidos, o que confere a elas um aparente aspecto de “sujeira” ou “desorganização” (Neves, 2006).

A vida útil de uma roça de coivara é relativamente curta: após dois ou três anos a fertilidade do solo diminui, do mesmo modo que aumenta a competição das plantas cultivadas com ervas daninhas. Por conta desse padrão, alguns autores sugeriram que economias baseadas no cultivo em roças de coivara seriam impossíveis de manter populações sedentárias, dada a suposta necessidade de relocação constante das roças. O argumento é interessante, mas tem um problema: é baseado no estudo de sociedades indígenas contemporâneas que fazem amplo uso de machados e facões de metal. O uso desses instrumentos torna significativamente mais rápido o árduo trabalho de abertura de uma roça na floresta, ao mesmo em que facilita a abertura de áreas mais amplas. Com machados de pedra essa tarefa era certamente mais longa e complicada. Machados de pedra quebram com mais facilidade e são mais pesados. O reavivamento de seus gumes é muito mais demorado e complexo. Rochas aptas à produção de machados – sejam eles lascados ou polidos – nem sempre são amplamente disponíveis na Amazônia, principalmente nas áreas de várzea. Como consequência, não é à toa que grupos indígenas considerados “isolados” já façam usos de ferramentas de metal quando contatados pela primeira vez. Em alguns casos, essas ferramentas estão bastante gastas, sua melhor aptidão à derrubada de roças as tornam instrumentos cobiçados.

Baseado nas diferenças tecnológicas entre machados de pedra e metal para a derrubada da mata, os padrões de cultivo em roças de coivara na Amazônia pré-colonial eram certamente diferentes dos verificados entre os índios contemporâneos da região. É provável que os sistemas de

cultivo de roça de coivara na Amazônia pré-colonial tenham, no passado, tido menos mobilidade que os atuais. Se correta essa hipótese, é provável que áreas de vegetação secundária tenham sido valorizadas para a abertura de roças. Nessas áreas, o diâmetro das árvores é em média menor que em uma floresta madura, o que facilita a derrubada, mesmo com machados de pedra. É também provável que o tempo de vida útil das roças tenha sido maior que o verificado atualmente, o que provavelmente envolveria um cuidado maior no manejo das pragas e algum tipo de investimento na manutenção da fertilidade. Finalmente, deve-se também considerar a hipótese de que a ocupação das aldeias tenha tido também uma duração maior, como consequência da menor mobilidade dos sistemas agrícolas. Uma possível resultante dessa prática de cultivo são as chamadas “terras mulatas”: solos normalmente férteis, de coloração marrom, relativamente extensos, localizados próximo a sítios arqueológicos, normalmente interpretados como vestígios de antigas áreas de cultivo. Outros tipos de evidência arqueológica apóiam essa hipótese: na Amazônia central, em sítios ocupados por muitas décadas ou mesmo alguns séculos, é comum a ocorrência de machados lascados e de machados polidos de pequeno porte, instrumentos adequados à derrubada de árvores menores, típicas de áreas de vegetação secundária.

Embora a Amazônia, em particular sua porção sudoeste, tenha sido um centro independente de domesticação de plantas na América do Sul, não se sabe ainda quando esse processo se iniciou. Para seu entendimento, é necessário que se diferenciem os termos “domesticação” e “agricultura”, já que, embora estejam intimamente relacionados se referem a atividades ou processos distintos. **Domesticação** é o processo pelo qual características genéticas de plantas selvagens são intencionalmente modificadas até o surgimento de novas

espécies, em muitos casos dependentes de intervenções humanas para sua reprodução. Ou seja, algumas dessas plantas perdem a capacidade de se reproduzir naturalmente. **Agricultura**, para a discussão aqui apresentada, se refere ao estabelecimento de um modo de vida totalmente dependente no cultivo de plantas domesticadas (Neves, 2006).

A domesticação de plantas é uma condição fundamental para o estabelecimento de modos de vida agrícolas, mas é também possível que sociedades com economias baseadas na caça, pesca e coleta tenham também se utilizado de plantas domesticadas sem que tenham tido um modo de vida plenamente agrícola. Esse padrão é ainda verificado entre populações indígenas amazônicas como os Maku, Nukak, Parakanã, Sirionó, etc. Trata-se de populações que, tecnicamente, vivem da caça, pesca e coleta, mas que mantêm também o cultivo em pequena escala de algumas espécies de plantas. Para alguns autores, alguns desses grupos eram agricultores que teriam regredido a um modo de vida caçador, coletor e pescador devido às pressões da conquista europeia, numa espécie de “marcha-ré evolutiva”. A hipótese é interessante, mas traz dentro de si uma carga evolucionista unilinear, como se os processos de mudança ocorressem por um único caminho, mas tais “regressões” podem ser vistas de uma outra maneira. A idéia de regressão implica em retorno a um modo de vida antigo e superado, mas é também plausível que alguns desses grupos contemporâneos tenham oscilado entre economias mais ou menos agrícolas ao longo de milênios e que a opção recente pela agricultura seja mais uma manifestação dessa oscilação estrutural.

Como, no entanto, conciliar a hipótese de uma adoção relativamente recente da agricultura, a partir de cerca de 1.000 AC ou mesmo depois, se as evidências paleo-botânicas indicam que o processo de manejo e domesticação de plantas

se iniciou muito antes, há talvez 9.000 anos? A resposta a esse paradoxo pode estar relacionada a um grande intervalo cronológico entre, por um lado, o início do processo de domesticação de plantas e, por outro, a plena adoção da agricultura como base produtiva. Tal intervalo seria coincidente com o Holoceno médio, uma época aparentemente mais árida. As mudanças climáticas notáveis a partir de 1.000 AC teriam, por sua vez, criado as condições ecológicas para essas mudanças. A hipótese da adoção relativamente recente da agricultura poderia também explicar um fenômeno interessante e recorrente entre vários grupos indígenas contemporâneos da Amazônia: o fato de que, mesmo sendo agricultores, esses grupos valorizam e conferem um prestígio muito maior à caça, embora essa não seja a atividade mais importante de obtenção de alimentos.

9. A VIDA SEDENTÁRIA E O INÍCIO DA PRODUÇÃO DE CERÂMICA

Uma característica notável das ocupações humanas iniciais na Amazônia é a presença precoce da produção cerâmica, com datas que estão entre as mais antigas da América do Sul. Tais cerâmicas foram todas identificadas no atual Estado do Pará, em uma região que vai do baixo Amazonas, próximo às atuais cidades de Santarém e Monte Alegre, passa pelo baixo rio Xingu e chega à chamada “zona do Salgado”, que é, de fato o litoral Atlântico desse Estado. É provável também que cerâmicas com tal antigüidade sejam identificadas também no litoral do Maranhão. Fora do Brasil, o litoral do Suriname também tem sítios com cerâmicas antigas. Com exceção da caverna da Pedra Pintada, localizada em Monte Alegre, todos os outros sítios onde cerâmicas

antigas foram identificadas são sambaquis. Sambaquis são sítios arqueológicos bastante particulares – localizados em praias litorâneas, áreas ribeirinhas ou lagunares – formados pelo acúmulo intencional de restos de alimentação como conchas de moluscos, ossos de peixes e de outros animais, formando verdadeiras colinas artificiais, em alguns casos com vários metros de altura. Atualmente, acredita-se que os sambaquis eram locais de moradia, mas também funcionavam como cemitérios, uma vez que é comum a identificação de sepultamentos humanos nesses sítios.

Na Amazônia, os sambaquis foram bem menos estudados que em outras partes do Brasil, mas há informações sobre sua distribuição em áreas como no litoral do Salgado e litoral do Amapá, no baixo Xingu, próximo a Porto de Móz, nas regiões de Santarém, em Itapiranga, no Amazonas e até no vale do Guaporé, em Rondônia. Essa distribuição não é, no entanto, contínua. A região do Salgado, no litoral do Pará, é um ambiente bastante rico, formado por extensos manguezais e uma grande rede de rios e arquipélagos. Nessas áreas, sabe-se da ocorrência de sambaquis há muito tempo devido à destruição desses sítios para a mineração de cal. Cientistas pioneiros, como Ferreira Penna, fundador do Museu Emílio Goeldi, em Belém, realizaram pesquisas nos sambaquis do Salgado no final do século XIX, mas foi apenas nas décadas de sessenta e setenta do século XX que, graças às pesquisas de Mario Simões, os sambaquis do Salgado foram datados. Esses resultados indicam que esses sítios são tão antigos quanto os sambaquis do sul e sudeste, com a importante diferença que contêm cerâmicas com idades de até 3.500 anos AC. Essas cerâmicas, conhecidas como **Mina**, estão entre algumas das mais antigas do continente. Nos sambaquis do sul e sudeste, por outro

lado, as cerâmicas são quase ausentes e, quando ocorrem, são muito mais recentes.

As datas de 3.500 anos AC para as cerâmicas do Salgado fazem parte do quadro mais amplo do início da produção cerâmica no continente americano. Esse quadro mostra que cerâmicas antigas são encontradas, a partir de 4.000 AC, em um amplo arco que vai do litoral do Equador, à oeste, à foz do Amazonas, ao leste. Esse arco contorna o norte do continente, passando pelo litoral norte da Colômbia e pelo litoral do Suriname. Nesses pontos, cerâmicas com datas entre 4.000 e 3.500 AC foram encontradas, em alguns casos em sítios do tipo sambaqui. As cerâmicas mais antigas das Américas, no entanto, foram localizadas no interior do continente, no baixo Amazonas, próximo à Santarém. Nessa região, em frente à ilha do Ituqui, no sambaqui fluvial da Taperinha, Anna Roosevelt identificou, nos anos 80, cerâmicas com datas remontando à quase 5.000 AC. Posteriormente, na década de 90, Roosevelt escavou, na caverna da Pedra Pintada, localizada na mesma região, cerâmicas supostamente mais antigas, datadas em 6.000 AC. Os resultados dessas pesquisas são, no entanto, ainda debatidos por várias razões. Em primeiro lugar, as informações disponíveis sobre tais cerâmicas, bem como sobre os contextos onde foram identificadas, são bastante esparsas. Em segundo lugar, alguns arqueólogos sugeriram que processos posteriores à ocupação desses sítios causaram a perturbação dos depósitos, o que traria problemas quanto à aceitação das datas. Tais críticas são procedentes, mas não invalidam a plausibilidade das datas do baixo Amazonas.

Tradicionalmente, arqueólogos associam o início da produção cerâmica ao desenvolvimento da agricultura, trabalhando com a premissa de que essa tecnologia – ligada à produção de vasos para o armazenamento e cocção – permite

o processamento mais efetivo de alimentos. Os dados sobre o início da produção cerâmica na Amazônia e no norte da América do Sul mostram que o quadro é mais complexo, uma vez que as datas mais antigas, ao redor de 5.000 AC e 3.500 AC, vêm de contextos quando a agricultura não havia sido plenamente adotada. Desse modo, a presença antiga de cerâmica não parece indicar uma ruptura com os modos de vida anteriores. Ao contrário, é provável que tenha se mantido o mesmo padrão de adaptação baseado em economias diversificadas, organizadas na caça, pesca e coleta. O conhecimento sobre as cerâmicas antigas na Amazônia é como quase tudo, ainda embrionário: as áreas com evidência de produção precoce de cerâmicas são aparentemente restritas, estando localizadas em sambaquis litorâneos e fluviais do baixo Amazonas e da zona do estuário. Em outras partes da Amazônia, durante esse mesmo período, que durou de cerca de 7.500 a 3.500 anos AP, as evidências de produção cerâmica – e mesmo de qualquer tipo de ocupações humanas – são raras, se não totalmente inexistentes. Curioso também é o fato de que em um dos supostos centros originais da Amazônia – a região de Santarém e Monte Alegre – a produção cerâmica tenha sido aparentemente abandonada após um início precoce. Se correta essa hipótese indica, mais uma vez, que processos de mudança no passado não foram lineares nem previsíveis. É interessante também notar que, embora no início do século XVI DC o maior estado das Américas, o império Inca, tivesse seu centro e sua origem no coração da Cordilheira dos Andes todos os centros iniciais de produção da cerâmica estão localizados fora da Cordilheira, em áreas de terras baixas tropicais.

10. SOCIEDADES DA AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL

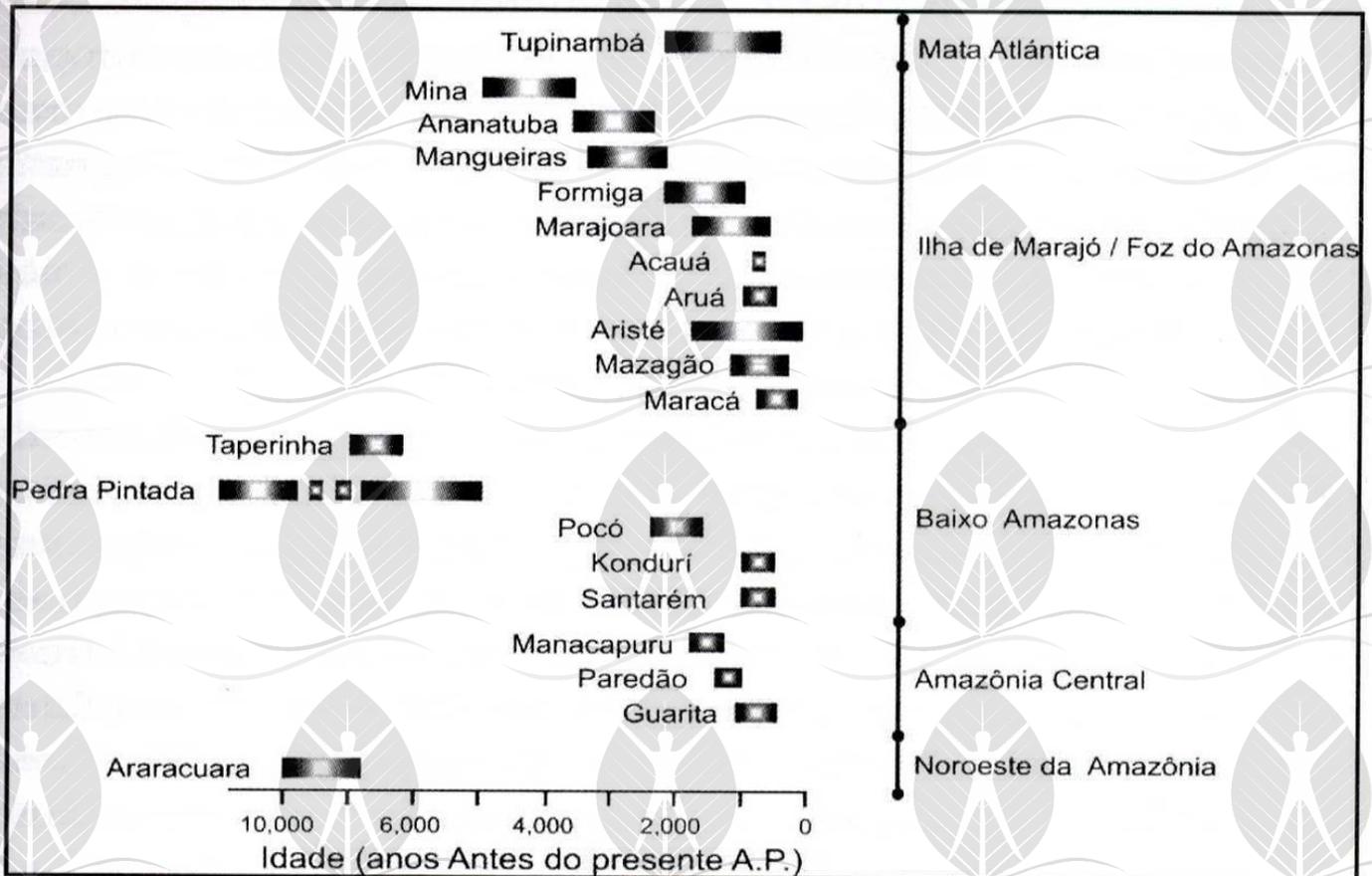


FIGURA 11. Cronologia das ocupações da Amazônia e regiões adjacentes (Adaptado de McEwen et al. 2002).

A ocupação humana pré-colonial da Amazônia não foi um processo regular e cumulativo, mas sim caracterizada pela alternância entre períodos de aparente estabilidade entremeados por mudanças bruscas nos padrões de organização social, econômica e política visíveis no registro arqueológico.

As mudanças nos padrões de ocupação humana da região, notáveis a partir do início da era Cristã, certamente refletem mudanças mais profundas, relacionadas à organização política das sociedades amazônicas do período. O aspecto mais visível de tais mudanças é o aumento na dimensão, densidade e duração de ocupação nos sítios

arqueológicos. Esse processo pode ser inferido, por exemplo, pela construção de aterros monumentais em regiões tão distantes como a ilha de Marajó, o alto Xingu, os campos alagados de llanos de Mojos, na Bolívia, as planícies costeiras das Guianas e na área de confluência dos rios Negro e Solimões. Do mesmo modo, é a partir dessa época que ficam mais visíveis e numerosos os sítios associados aos solos antrópicos conhecidos como *terras pretas de índio*, correlatos de processos de ocupação sedentárias.

As modificações nos padrões de assentamento são sinais de uma verdadeira explosão cultural. Diferentes tradições ceramistas são visíveis no registro arqueológico, algumas claramente locais, as outras com influências externas, principalmente do norte da América do Sul. Finalmente, a partir dessa época ficam mais visíveis evidências de conflitos armados, o que é atestado pela presença de estruturas defensivas localizadas em sítios no alto rio Negro, Amazônia central e alto Xingu.

Dentre as áreas com maior potencial arqueológico na Amazônia destacam-se: o baixo Amazonas, a área de confluência dos rios Negro e Solimões e a bacia do alto Madeira. No estuário, incluindo a ilha de Marajó e o Amapá, há uma das seqüências arqueológicas mais longas de todo o continente. Essa seqüência começa com as ocupações associadas às cerâmicas **Mina** (3.500 AP), e continua na ilha de Marajó, com uma série de cerâmicas diferentes, num processo que culmina com uma grande explosão cultural datada do final do primeiro milênio DC, ou seja, cerca de 500 anos antes do início da colonização européia. Esse momento é marcado pela proliferação de uma série de cerâmicas distintas - embora com alguns traços em comum, como, por exemplo, a pintura policroma. No Amapá, as cerâmicas características desse processo são conhecidas como **Aristé, Mazagão, Aruã,**

Cupixi e **Maracá**. As cerâmicas **Maracá** são conhecidas desde o século XIX, sendo compostas por urnas funerárias antropomorfas, com a forma de indivíduos sentados sobre bancos, em muitos casos semelhantes aos bancos usados por grupos indígenas atuais da região da Guiana. Tais urnas encontram-se sempre em grutas, na região do igarapé do Lago, a oeste de Macapá, mas há também sítios a céu aberto com cerâmicas **Maracá**, embora sem urnas. Atualmente, o crescimento econômico da região e a falta de proteção dos sítios são uma grande ameaça a esse patrimônio, uma vez que há informações de sítios **Maracá** saqueados por colecionadores de peças.

As diversas cerâmicas do Amapá não são ainda muito bem datadas. A exceção são as cerâmicas **Aristé**, conhecidas também na Guiana Francesa, que têm datas que remontam ao século IV ou V DC. O interessante nesse caso é que parece haver uma clara relação entre os índios Palikur, atuais habitantes da região litorânea próxima à cidade de Oiapoque, e os grupos indígenas que produziram as cerâmicas **Aristé** e que viveram na mesma região. Se correta, essa hipótese indica que os Palikur e seus ancestrais vivem nessa área há cerca de 1.500 anos. Do mesmo modo que as cerâmicas **Maracá**, urnas funerárias **Aristé** são também encontradas em grutas, do mesmo modo que há sítios a céu aberto que correspondem a antigas aldeias. Alguns desses sítios estão inclusive localizados sob aldeias contemporâneas, como é o caso de Kumene, na Terra Indígena do Oiapoque. O fato de haver uma relação direta entre os Palikur e os grupos que ocuparam a região antes do início da colonização europeia permite que se utilize a tradição oral na identificação e estudo de sítios arqueológicos na região. Nesse sentido, a arqueologia pode funcionar como instrumento para o conhecimento da história indígena. A cerâmica **Aristé** tem uma grande beleza, marcada

pela decoração pintada e modelada e por uma grande diversidade de formas. Talvez o sítio **Aristé** mais conhecido seja **Kunani**, um poço artificial onde se depositaram vários vasos e urnas funerárias, localizado próximo à cidade de Calçoene e escavado por Emílio Goeldi no final do século XIX. Do mesmo modo que as cerâmicas de **Maracá**, os sítios **Aristé** são também ameaçados pelo interesse de colecionadores particulares e pela proximidade com a Guiana Francesa, o que facilita o contrabando de peças.

Na ilha de Marajó, as cerâmicas mais conhecidas são associadas à chamada **fase Marajoara**. Cerâmicas **Marajoara** compõem acervos de museus e coleções particulares no Brasil e exterior, sendo caracterizadas por uma grande beleza e uma imensa diversidade de formas e de padrões de decoração. Dentre os diversos tipos de artefatos cerâmicos há urnas funerárias, vasos, estatuetas antropomorfas, tangas e bancos. A decoração pintada inclui motivos antropomorfos, zoomorfos e abstratos, sempre com alguma combinação entre vermelho, laranja, branco e preto. A decoração plástica inclui o modelado e também o inciso de diferentes técnicas de incisão e excisão. A beleza das cerâmicas **Marajoara** torna-as bastante cobiçadas, sendo, sem sombra de dúvida, *a maior categoria de objetos arqueológicos contrabandeados no Brasil atualmente*. Sítios com cerâmicas **Marajoara** são bastante característicos: normalmente são aterros artificiais, conhecidos como **tesos**, que têm alguns metros de altura e dezenas de metros de comprimento. Os tesos, bastante numerosos, são distribuídos na parte leste da ilha, numa área de extensos campos naturais, alagados durante uma boa parte do ano, localizada ao redor do lago Arari.

Apesar de uma história mais que centenária de pesquisas, não existe ainda uma cronologia precisa para a

fase Marajoara, embora haja um consenso que enquadra sua duração do século IV ao século XIV DC, portanto por durante cerca de mil anos. As cerâmicas **Marajoara** são as representantes mais antigas da chamada **Tradição Polícroma da Amazônia**. Sítios com cerâmicas policromas têm uma ampla distribuição, incluindo, além da ilha de Marajó, toda a calha dos rios Amazonas e Solimões, desde a cidade de Silves, no Amazonas, até acima da cidade de Iquitos, no Peru. Além dos rios Amazonas e Solimões, cerâmicas policromas são também encontradas nos baixos e médios cursos dos rios Madeira, Negro, Japurá-Caquetá, Ica-Putumayo e Napo, dentre outros. Curiosamente há, no baixo Amazonas, uma área onde não se encontram cerâmicas policromas. Essa área inclui um trecho que vai do rio Tocantins e Amapá, a leste, até a região das cidades de Nhamundá, Parintins e Maués, no Amazonas, a oeste. Nesses locais encontram-se sítios com cerâmicas bastante distintas, mas também de grande beleza, pertencentes à chamada **Tradição Incisa e Ponteadada**.

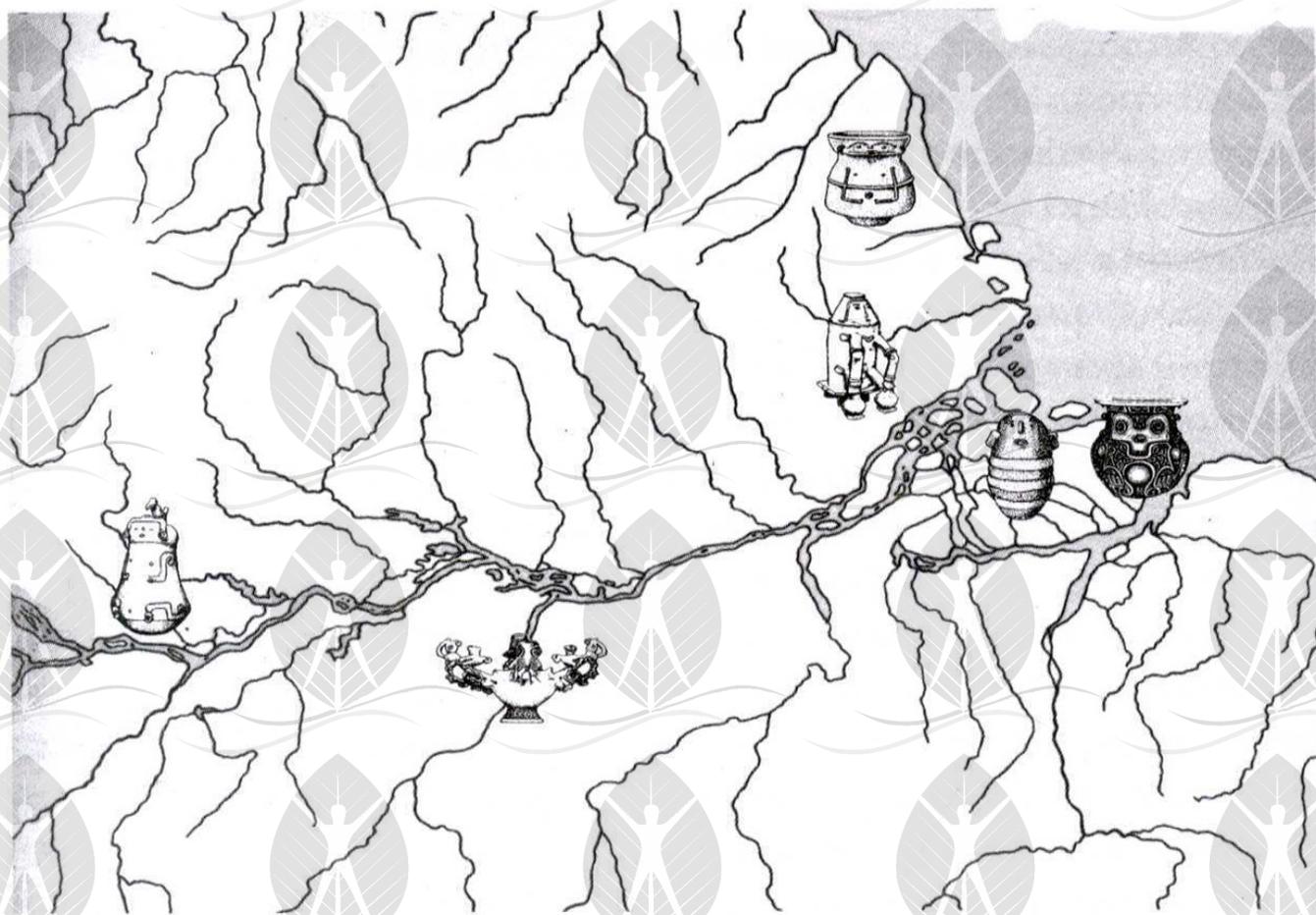


FIGURA 12. Mapa da Bacia Amazônica e culturas arqueológicas
FONTE: (McEwen et al. 2002).

No baixo Amazonas e baixo Solimões, desde pelo menos Coari até Parintins, é muito comum a ocorrência de cerâmicas conhecidas como **Paredão**, assim denominadas por causa de um sítio localizado na estrada do Paredão, em Manaus, pelo arqueólogo alemão Peter Hilbert. Sítios **Paredão** são muito comuns na área de Manaus, sendo que muitos desses sítios têm sido destruídos pelo rápido crescimento da cidade. Pesquisas feitas em Iranduba, no Amazonas, mostram que essas cerâmicas foram produzidas entre os séculos VIII e XI DC. A cerâmica **Paredão** não apresenta a mesma elaboração vista nas cerâmicas **policromas** e **incisas e ponteadas**, mas apresenta uma bela pintura vermelha em linhas finas com motivos em espiral e em grega, que às vezes podem ser também incisos.

Talvez a categoria mais comum de vasos **Paredão** sejam as grandes urnas funerárias em forma de coração, sempre decoradas com dois apêndices modelados, redondos ou ovais, formando motivos antropomorfos ou zoomorfos com as orelhas, olhos, boca, nariz e sobrelhas bem marcados. Alguns dos exemplos mais belos de urnas **Paredão** são encontrados na comunidade de Canarana, no município de Maués/AM.

No baixo Amazonas e baixo Solimões, cerâmicas Paredão foram substituídas, nos sítios arqueológicos, por ocupações com **cerâmicas policromas** por volta do ano 1.000 DC. A característica mais marcante das **cerâmicas policromas** é, como indica seu próprio nome, a decoração pintada em vermelho e preto sobre uma base branca.



FIGURA 13. Prato decorado, cultura Marajoara (Guidon et al. 2005:118).

Do mesmo modo que no Marajó, no entanto, cerâmicas policromas são também decoradas pelo modelado, incisão, excisão, etc. A cronologia mostra que sítios com cerâmicas policromas tornam-se paulatinamente mais recentes à medida que se percorre rio acima o Amazonas-Solimões e seus afluentes, desde a foz até os contrafortes dos Andes. Tal padrão indica que a Tradição Policroma é um fenômeno com uma origem claramente amazônica, e não andina, conforme se propunha nas décadas de cinquenta e sessenta. Assim, as datas indicam que, enquanto o início das cerâmicas policromas data do século IV DC na ilha de Marajó, as cerâmicas policromas mais antigas da Amazônia central datam do século IX DC, no médio Solimões do século XII DC, no alto Amazonas do século XIII DC. O significado dessa expansão não é claro. Não se pode dizer, no momento, se o padrão nas datas indica um processo de expansão demográfica e colonização de novas áreas ou se ele indica relações de troca e comércio responsáveis pela expansão das cerâmicas policromas. De qualquer modo, é certo que as populações que produziram essas cerâmicas foram as mesmas que testemunharam e foram descritas pelos primeiros viajantes europeus que passaram pela Amazônia nos séculos XVI e XVII. Essas descrições sugerem que, em alguns casos, as populações que produziram cerâmicas policromas no alto Amazonas e no rio Solimões viviam em grandes aldeias, às vezes com poucos milhares de pessoas, e eram governadas por chefes supremos que comandavam também outras aldeias de grande porte. Ainda de acordo com os cronistas dos séculos XVI e XVII, esses grupos mantinham relações de comércio com outras aldeias distantes. A arqueologia amazônica tem, nos últimos anos, confirmado tais descrições, indicando que, de fato, alguns sítios com cerâmicas policromas correspondem a aldeias de grande

porte, às vezes com dezenas de hectares de área. Carvajal descreve a cerâmica encontrada na aldeia da louça, abaixo da foz do Coari (aprox. 400 Km de Manaus, a montante do rio Solimões):

A melhor que já se viu no mundo, porque a ela nem as de Málaga se iguala. É toda vidrada e esmaltada de todas as cores, tão vivas que espantam, e além disso, os desenhos e pinturas que fazem nela são tão compassados que com naturalidade eles trabalham e desenham tudo com o romano (Carvajal, 1941:47, apud. Porro, 1995:32.)



FIGURA 14. Urna funerária, cultura Marajoara (Guidon, et al. 2005:196).

Embora dividam características comuns, pode-se perceber uma certa variabilidade quando se comparam cerâmicas policromas na bacia Amazônica. Assim, por conta disso, essas cerâmicas recebem diferentes denominações regionais, a partir de suas características decorativas

particulares. Algumas dessas denominações são relativamente bem conhecidas. Além da Marajoara há: **Miracanguera**, na região de Silves, Itacoatiara e Urucurituba; **Borba**, no baixo Madeira; **Guarita**, nas regiões de Manaus, baixo rio Negro, Manacapuru, Codajás e Coari; **Tefé**, na região da cidade de Tefé; **São Joaquim** e **Pirapitinga**, no alto Solimões; **Zebu**, na região de entorno de Letícia, na Colômbia; **Nofurei**, na região de Araracuara no rio Caquetá/Japurá (Colômbia); **Caimito**, no alto Amazonas e rio Ucayali, no Peru e, finalmente **Napo**, no rio Napo, Equador. Em linhas gerais, algumas tendências são notáveis: primeiramente, parece haver uma preponderância maior de vasos com formas quadrangulares ou retangulares à medida que se viaja rio acima. Assim, na região do rio Napo, próximo aos Andes, no extremo oeste da distribuição das cerâmicas policromas, é comum a ocorrência de pratos quadrados. Um padrão análogo de mudança é visto nas urnas funerárias: no alto Amazonas é muito mais comum a presença de urnas antropomorfas policromas onde braços e pernas são modelados, destacando-se do corpo dos vasos, enquanto que nas urnas antropomorfas do Marajó, braços e pernas são normalmente pintados ou modelados junto ao corpo dos vasos.

Uma das questões mais interessantes relativas à expansão da tradição policroma na Amazônia é o entendimento do hiato nessa expansão, encontrado entre a Ilha de Marajó e a região de Silves. Nessa ampla área, os sítios encontrados até o momento foram ocupados por populações que produziram cerâmicas bastante diferentes, associadas à chamada **tradição Incisa e Ponteadada**. Do mesmo modo que os sítios policromos dos rios Amazonas e Solimões, os sítios com cerâmicas incisadas e ponteadas podem ser bastante grandes, com vários hectares de área e terras pretas antrópicas, indicando que eram grandes aldeias sedentárias ocupadas por populações numerosas.



FIGURA 15. Vaso de cariátides, cultura Tapajônica (Guidon, et al. 2005).

As cerâmicas mais conhecidas relacionadas a essa tradição são as **Tapajônicas** ou de **Santarém**. Trata-se, assim como no caso do Marajó, de cerâmicas bastante sofisticadas, incluindo formas bastante complexas e técnicas de produção, incluindo a pintura e o modelado. Os tipos de vasos tapajônicos mais conhecidos são os **vasos de cariátides e de gargalo**, que têm esses nomes devido à sua forma e decoração. Nessas categorias de vasos prevalece a decoração modelada, composta por motivos zoomorfos - como pássaros, morcegos, répteis e mamíferos - e também antropomorfos, incluindo as próprias cariátides. Na cerâmica tapajônica é comum também a presença de estatuetas antropomorfas, em alguns casos bastante naturalistas, onde se podem perceber detalhes da pintura corporal, o uso de jóias e diferentes tipos de penteado. Talvez a categoria mais conhecida de estatuetas tapajônicas sejam as de **base semilunar**, estatuetas representando mulheres adornadas, nuas, sempre com uma base em forma de meia lua.



FIGURA 16. Machado semilunar (MAE-USP, manual para professores).

Cerâmicas tapajônicas são encontradas em uma grande área que tem como centro a atual cidade de Santarém. Santarém está localizada sobre um grande sítio arqueológico, atualmente bastante impactado pelo crescimento da cidade. Cerâmicas tapajônicas são encontradas em acervos de museus brasileiros e estrangeiros, bem como em coleções particulares. A região de Santarém e entorno, apesar de seu grande interesse, é ainda muito pouco conhecida do ponto de vista arqueológico, não havendo, por exemplo, nem uma cronologia básica para os sítios. As poucas datas disponíveis indicam que a ocupação tapajônica data pelo menos do final do primeiro milênio DC. Essa ocupação durou até o século XVII DC, portanto após a chegada dos europeus à Amazônia. Informações sobre seu modo de vida podem ser obtidas nos relatos de missionários que com eles conviveram.

Próximo à Santarém, na região dos rios Nhamundá e Trombetas, bem como na região de Parintins, encontram-se cerâmicas também pertencentes à tradição incisa e ponteada, conhecidas como **Konduri**. Cerâmicas **Konduri** são também

bastante sofisticadas, com uma prevalência da decoração modelada em motivos antropomorfos e zoomorfos, com vasos geralmente maiores que os tapajônicos. Os fragmentos desses vasos são normalmente conhecidos como “**caretas**” e comumente encontrados em áreas de terra preta e roças por toda a região. A arqueologia **Konduri** é ainda menos conhecida que a tapajônica, mas acredita-se que as populações que produziram essas cerâmicas tenham sido contemporâneas. Um aspecto interessante da cerâmica **Konduri** é a presença de um pequeno, mas representativo, repertório de estatuetas de pedra polida. Essas estatuetas representam seres humanos e animais, com destaque para onças e sucuris, ou figuras fantásticas. Normalmente, as estatuetas têm duas grandes perfurações, mas não se sabe como eram utilizadas. A iconografia de algumas das estatuetas lembra bastante a das grandes esculturas de pedra encontradas na região de San Augustín, nos Andes colombianos. Outras estatuetas, no entanto, têm traços em comum com os desenhos encontrados nas pranchetas de madeira, usadas para aspiração de paricá, produzidas pelos índios Maués até o século XIX.

Outra categoria de artefatos de pedra associados à cerâmica **Konduri** são os **muiraquitãs**. Eles não são exclusivos da região do Nhamundá e Trombetas, já que há informações de sua ocorrência em locais como a ilha de Marajó, Santarém, alto Tapajós e até mesmo a região onde foi construída a usina hidroelétrica de Balbina, no rio Uatumã, ao norte de Manaus. **Muiraquitãs** são normalmente bastante pequenos, sendo quase sempre zoomorfos, em forma de sapo. A rocha utilizada é geralmente esverdeada, mas há também **muiraquitãs** feitos com rochas brancas e com outros motivos zoomorfos, além de sapos, tais como peixes e morcegos. Há também casos de **muiraquitãs** antropomorfos, embora sejam bem mais raros.

Muiraquitãs são também encontrados fora da Amazônia, nas Guianas e ilhas do Caribe. Não é ainda claro se a região do Nhamundá-Trombetas era o único centro de produção a partir do qual circulavam esses artefatos ou se eles eram produzidos em vários locais diferentes. O fato, no entanto, é que a distribuição de **muiraquitãs** por uma ampla área indica que as populações amazônicas do final do primeiro milênio DC não estavam isoladas, mas sim integradas em redes de comércio ou em outros tipos de rede que permitiam o contato entre si. Devido a seu tamanho reduzido e alta portabilidade, **muiraquitãs** são peças que correm riscos de roubo e contrabando.



FIGURA 17. Muiraquitã (Guidon, et al. 2005).

Além da calha do Amazonas nas áreas do alto Madeira e Purus, o quadro da arqueologia parece ser um pouco diferente. No Acre, próximo a Rio Branco, achados recentes têm mostrado a ocorrência de estruturas artificiais, feitas de terra, com formas geométricas quadrangulares ou circulares, com dezenas de metros quadrados de área, conhecidas como **geóglifos**. Não se sabe ainda qual a idade dos **geóglifos** do Acre, mas correlações

com estruturas semelhantes construídas na Bolívia sugerem que eles devem datar do primeiro milênio DC. No momento, é difícil estabelecer uma correlação entre os **geóglifos** e os povos indígenas que ocupam atualmente a região do alto Purus.

O Estado de Rondônia, na bacia do alto Madeira, tem uma arqueologia também pouco conhecida, embora com um potencial bastante grande. É em Rondônia que se encontra hoje a maior diversidade lingüística entre os povos falantes de línguas Tupi, o que sugere que essa seja a região de origem dos povos Tupi. É também a região de Rondônia que estudos genéticos sugerem ter sido o centro de domesticação original de importantes plantas amazônicas, como a mandioca e a pupunha. Finalmente, encontrou-se, em Rondônia, o que parecer ser a mais antiga terra preta de índio da Amazônia, com cerca de 4.000 anos de idade. Na calha do Amazonas, tais tipos de solo – que são bastante férteis e têm uma grande importância econômica – são mais recentes, datando de mais ou menos 2.000 anos de idade.

Finalmente, há outras áreas na Amazônia brasileira que são ainda muito mal conhecidas arqueologicamente. Entre essas áreas há, entre outras, as bacias dos rios Javari e Juruá, a bacia do rio Branco e toda a área de interflúvio no planalto das Guianas, desde Roraima até o Amapá e também o grande interflúvio entre os rios Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins ao sul. O crescente avanço das frentes de colonização, principalmente no sul da Amazônia, leva um grande risco ao patrimônio arqueológico dessas áreas. Com a destruição desse patrimônio, desaparecem também as oportunidades de conhecimento de algo sobre a história dos povos indígenas que habitaram esses locais.

REFERÊNCIAS

Existe uma vasta quantidade de materiais produzidos para a Amazônia continental, embora, como explicitado anteriormente, o nível da pesquisa arqueológica nos diferentes países e regiões varie bastante.

As fontes bibliográficas foram agrupadas de acordo com os temas que permeiam as discussões sobre a história pré-colonial amazônica, são eles:

O Conceito de Cultura de Floresta Tropical

BALÉE, William. *The culture of Amazonian forests*. *Advances in Economic Botany* 7: 1-21, 1989.

_____. *Footprints of the Forest*. Ka'apor Ethnobotany - the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People. New York: Columbia University Press, 1994.

_____. *Historical Ecology of Amazonia*. In *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Leslie Sponsel, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 97-110, 1995.

BECKERMAN, Stephen. *The abundance of protein in Amazonia: A reply to Gross*. *American Anthropologist*, 81: 533-560, 1979.

CARNEIRO, Robert. *The Cultivation of Manioc Among the Kuikuru of the Xingu*. In *Adaptive Responses of Native Amazonians*, R. & W. Vickers, eds. New York: Academic Press, pp. 65-111, 1983.

_____. *The History of Ecological Interpretations of Amazonia: Does Roosevelt Have It Right?* In *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Leslie Sponsel,

ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 45-70, 1995.

DENEVAN, William. *The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492*. *Annals of the Association of American Geographers*, 82(3): 369-385, 1992.

_____. *A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia*. *Annals of the Association of American Geographers*, 86(4): 654-681, 1996.

DESCOLA, Philippe. *Homeostasis as a Cultural System: the Jivaro case*. In *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Anna Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 203-224, 1994.

HERRERA, Luisa, Inés Cavelier, Camilo Rodríguez and Santiago Mora. *The technical transformation of an agricultural system in the Colombian Amazon*. *World Archaeology*, 24(1): 98-113, 1992.

LATHRAP, Donald. *Aboriginal occupation and changes in river channel on the Central Ucayali*. Peru. *American Antiquity* 33(1): 62-79, 1968.

LOWIE, Robert. *The Tropical Forests: An Introduction*. In *Handbook of South American Indians*, vol. 3, J. Steward, ed. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp. 1-56, 1948.

MEGGERS, Betty. *Environmental Limitation on the Development of Culture*. *American Anthropologist*, 56: 801-823, 1954.

_____. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Chicago: Aldine, 1971.

_____. *Cultural Evolution in Amazonia*. In *Profiles in Cultural Evolution*. Papers from a Conference in Honor of Elman Service, A. Rambo & K. Gillogly, eds.

Ann Arbor: Museum of Anthropology, University of Michigan, pp. 191-216, 1991.

_____. *Judging the Future by the Past: The Impact of Environmental Instability on Prehistoric Amazonian Populations.* In *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world.* Leslie Sponsel, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 15-43, 1995.

MORAN, Emilio. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1990.

MYERS, Thomas. *Agricultural limitations of the Amazon in theory and practice.* *World Archaeology*, 24(1): 82-97, 1992.

NEVES, Eduardo. *Village Fissioning in Amazonia: a Critique of Monocausal Determinism.* *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5: 195-209, 1995

PETERSEN, James, Eduardo Neves and Michael Heckenberger. *Gift from the Past: Terra Preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia.* In *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*, C. McEwan, C. Barreto and E. Neves, eds. London: British Museum Press, pp. 86-105, 2001.

RAFFLES, Hugh. *Amazonia, a Natural History.* Princeton: Princeton University Press, 2002

ROOSEVELT, Anna. *Parmana: Prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco.* New York: Academic Press, 1980.

_____. *Resource management in Amazonia before the Conquest.* *Advances in Economic Botany* 7: 30-62, 1989.

_____. *Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia.* In *Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia*, Walter Neves, org. Belém: Museu

Paraense Emílio Goeldi, pp. 103-141, 1991.

_____. *Amazonian Anthropology: Strategy for a New Synthesis*. In *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Tucson: University of Arizona Press, pp. 1-29, 1994.

STEWART, Julian. *Culture Areas of the Tropical Forests*. In *Handbook of South American Indians*, vol. 3, J. Steward, ed. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp 883-903, 1948.

A Floresta Tropical: Estrutura e História

AB´SABER, Aziz. *Paleoclima e Paleoecologia da Amazônia Brasileira*. In *A Amazônia: Do Discurso à Práxis*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 49-66, 1996.

BEHLING, Hermann and Henry Hooghiemstra. *Holocene Amazon rainforest-savanna dynamics and climatic implications: high-resolution pollen record from Laguna Loma Linda*. In eastern Colombia, *Journal of Quaternary Science* 15(7): 687-695, 2000.

BEHLING, Hermann and Raquel Negrelle. *Tropical Rain Forest and Climate Dynamics of the Atlantic Lowland*. Southern Brazil, during the late Quaternary, *Quaternary Research*: 56(3): 383-389, 2001.

COLINVAUX, Paul. *Amazon diversity in light of the paleoecological record*. *Quaternary Science Reviews*, 6: 93-114, 1987.

_____. *Paradigm Lost: Pleistocene Environments of the Amazon Basin* (Continued Forest Cover in Perpetual Flux, Part 2). *The Review of Archaeology*, 22(1): 20-31, 2000.

COLINVAUX, Paul, Paulo De Oliveira and Mark Bush. *Amazonian and neotropical plant communities on glacial*

time-scales: The failure of the aridity and refuge hypotheses. *Quaternary Science Reviews* 19(2000): 141-169, 2000.

MASLIN, M. et al. *Paleoreconstruction of the Amazon River freshwater and sediment discharge using sediments recovered. at Site 942 on the Amazon Fan*, *Journal of Quaternary Science* 2000 15(4): 419-434, 2000.

MEGGERS, Betty. *Vegetational fluctuation and prehistoric cultural adaptations in Amazonia: some tentative correlations*. *World Archaeology* 8(3): 287-303, 1977.

_____. *Climatic Oscillation as a Factor in the Prehistory of Amazonia*. *American Antiquity*, 44(2): 252-266, 1979.

_____. *Archaeological and Ethnographic Evidence Compatible with the Model of Forest Fragmentation*. In *Biological Diversification in the Tropics*, Ghilleen Prance, ed. New York: Columbia University Press, pp: 483-496, 1982.

NELSON, Bruce e Alexandre Oliveira. *Área Botânica*. In *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. J. P. Capobianco et al. Org. São Paulo: Estação Liberdade – Instituto Socioambiental, pp. 132-176, 2001.

PRANCE, Ghilleen. *The Changing Forests*. in: *Key Environments – Amazonia*, Oxford: Pergamon Press, pp. 146-165, 1985.

VAN DER HAMMEN, Thomas. *Ice age tropical South America: What was it really like?* *AMAZONIANA* XVI(3/4): 647-652, 2001.

VAN DER HAMMEN, Thomas and Henry Hooghiemstra. *Neogene and Quaternary history of vegetation, climate, and plant diversity in Amazonia*, *Quaternary Science Reviews* 19 (2000): 725-742, 2000.

Antigüidade da Ocupação Humana na Floresta Tropical

HEADLAND, Thomas and Robert Bailey. *Introduction: Have Hunter-Gatherers Ever Lived in Tropical Rain Forest Independently of Agriculture?* *Human Ecology*, 19(2), 1991.

FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LATHRAP, Donald. *The "Hunting" Economies of the Tropical Forest Zone of South America*. In *Man the Hunter*, R. Lee & I. DeVore, eds. pp. 23-29, Chicago: Aldine, 1968b.

MICHAB, M. et al. Luminescence dates for the Paleoindian site of Pedra Pintada, Brazil, *Quaternary Geochronology*, 17: 1041-146.

POLITIS, Gustavo. *Nukak, Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas – SINCHI*, 1996.

_____. *Foragers of the Amazon: The Last Survivors or the First to Succeed?* In *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*, C. McEwan, C. Barreto and E. Neves, eds. London: British Museum Press, pp. 26-49, 2001.

ROOSEVELT, Anna et al. *Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas*. *Science*, 272: 373-384, 1996.

_____. *The Migrations and Adaptations of the First Americans: Clovis and Pré-Clovis Viewed from South America*, In *The First Americans, The Pleistocene Colonization of the New World*, N. Jablonski, ed. San Francisco: *Memoirs of the California Academy of Sciences* Number 27, pp. 159-235, 2002.

Origens da Agricultura nas Terras Baixas: Métodos e Evidências

BALÉE, William. *Antiquity of Traditional Ethnobiological Knowledge in Amazonia: The Tupí-Guaraní family and Time*. *Ethnohistory* 47(2): 399-422, 2000.

BALÉE, William and Denny Moore. *Language, Culture, and Environment: Tupí-Guaraní Plant Names Over Time*. In *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Anna Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 363-380, 1994.

FLANNERY, Kent. *Guilá Naquitz: Archaic Foraging and Early Agriculture in Oaxaca, Mexico*. San Diego: Academic Press, 1986.

LATHRAP, Donald. *Our Father the Cayman, Our Mother the Gourd: Spinden Revisited or a Unitary Model for the Emergence of Agriculture in the New World*. In *Origins of Agriculture*, C. Reed, ed. The Hague: Mouton, pp. 713-751, 1977.

OLIVER, José. *The Archaeology of Forest Foraging and Agricultural Production in Amazonia*. In *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*, C. McEwan, C. Barreto and E. Neves, eds. London: British Museum Press, pp. 50-85, 2001.

PEARSALL, Deborah. *Domestication and Agriculture in the New World Tropics*. In *Last Hunters – First Farmers*, T. D. Price & B. Gebauer, eds. Santa Fé: School for American Research Press, pp. 157-192, 1998

PIPERNO, Dolores and Deborah Pearsall. *Background of Tropical Agricultural Origins*. In *Tropical Paleoethnobotany*, D. Pearsall and D. Piperno eds. Academic Press, pp. 1-38, 1996.

RINDOS, David. *The Origins of Agriculture*. New York: Academic Press, 1984.

Início da Produção Cerâmica

FORD, James. *A Comparison of Formative Cultures in the Americas: Diffusion or the Psychic Unit of Man*. Smithsonian Contributions to Anthropology, vol. 11, 1969.

MEGGERS, Betty and Clifford Evans. *An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America*. In *Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology*, Samuel Lothrop, ed. Cambridge, Mass: Harvard University Press, pp. 372-388, 1961.

MEGGERS, Betty, Clifford Evans and Emilio Estrada. *Early Formative period of coastal Ecuador: the Valdivia and Machalilla phases*. Smithsonian Contributions to Anthropology, vol. 1, 1965.

ROOSEVELT, Anna. *Early Pottery in the Amazon. Twenty Years of Scholarly Obscurity*. In *The Emergence of Pottery. Technology and Innovation in Ancient Societies*, William K. Barnett and John Hoopes, eds. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 115-131, 1995.

ROOSEVELT, Anna, et al. *Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon*. *Science* 254: 1621-1624, 1991.

As Tradições Cerâmicas das Terras Baixas Tropicais: As Tradições Barrancóide e Policrômica da Amazônia

ANGULO V., Carlos. *La Tradición Malambo, Bogotá: Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales*. Banco de la República, 1981.

BOOMERT, Arie. *Trinidad, Tobago and the Lower Orinoco Interaction*, 2000.

SPHERE, Alkmaar: Cairi Publications.

EVANS, Clifford and Betty Meggers. *Archaeological Investigations on the Rio Napo, Eastern Ecuador*.

Smithsonian Contributions to Anthropology, vol. 6. Washington: Smithsonian Institution Press, 1968.

MEGGERS, Betty and Clifford Evans. *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*. Washington: Bureau of American Ethnology, Bulletin n.º 167, 1957.

ROOSEVELT, Anna. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil*. San Diego: Academic Press, 1991a.

ROUSE, Irving. *The circum-Caribbean theory, an archaeological test*. *American Anthropologist* 55(2): 188-200, 1953.

SCHAAN, Denise. *Into the Labyrinths of Marajoara Pottery : Status and Cultural Identity in Prehistoric Amazonia*. In *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*, C. McEwan, C. Barreto and E. Neves, eds. London: British Museum Press, pp. 108-133, 2001.

Expansões Lingüísticas na Amazônia e Caribe.

BROCHADO, José. *A expansão dos tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica*. *Dédalo* 9(17-18): 41-47, 1989.

BELLWOOD, Peter. *Early Agriculturalist Population Diasporas? Farming, Languages and Genes*, *Annual Review of Anthropology* 30: 181-207, 2001.

LATHRAP, Donald. *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson, 1970.

_____. *The Moist Tropics, the Arid Lands, and the Appearance of Great Art Styles in the New World*. In *Art and Environment*. In: *Native North America*, M. King & I. Traylor, eds. Lubbock: Texas Tech University Museum, pp. 115-158, 1974.

LATHRAP, Donald and José Oliver. *Agüerito: el complejo policromo mas antiguo de America en la confluencia del*

Apure y el Orinoco (Venezuela). *Interciencia*, 12: 274-289, 1987.

NEVES, Eduardo. *Arqueologia, História Indígena e o Registro Etnográfico: Exemplos do Alto Rio Negro*. In *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*, M. Fleming, ed. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, pp. 319-330, 1999.

NOELLI, Francisco. *As hipóteses sobre os centros de origem e as rotas de expansão dos Tupi*. *Revista de Antropologia* 39(2): 7-53, 1996.

RENFREW, Colin. *At the Edge of Knowability: Towards a Prehistory of Languages*, *Cambridge Archaeological Journal*, 10(1): 7-34, 2000.

ROUSE, Irving. *Arawakan phylogeny, Caribbean chronology, and their implications for the study of population movement*,

ANTROPOLOGICA, 63-64: 9-21, 1985.

_____. *The Tainos: rise and decline of the people who greeted Columbus*. New Haven: Yale University Press, 1992.

URBAN, Greg. *A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas*. In *História dos Índios no Brasil*, M. Carneiro da Cunha, org. S. Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC, pp. 87-102, 1992.

VIDAL, Silvia. *Kuwé Duwákalmi: The Arawak Sacred Routes of Migration, Trade, and Resistance*, *Ethnohistory* 47 (3-4): 635-667, 2000.

Os Cacicados na Amazônia e Orinoco

CARNEIRO, Robert. *A Theory of the Origin of the State*. *Science* 169: 733-738, 1970.

CURET, L. Antonio. The Chief is Dead, Long Live... Who? Descent and Succession in the Protohistoric Chiefdoms of the Greater Antilles, *Ethnohistory* 49(2): 259-280, 2002.

DENEVAN, William. The Aboriginal Cultural Geography of the Llanos de Mojos of Bolivia. *Ibero-Americana*, 48. Berkeley: University of California Press, 1966.

_____. *Native American Population in 1492: Recent Research and Revised Hemispheric Estimate*. In *The Native Population of the Americas in 1492*, William Denevan, ed. 2nd edition. Madison: University of Wisconsin Press, pp. xvii-xxxviii, 1992.

DRENNAN, Robert. *Chiefdoms in Northern South America*. *Journal of World Prehistory*, 9, 3: 301-340, 1995.

DREYFUS, Simone. *Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796*. In *Amazônia: Etnologia e História Indígena*, E. Viveiros de Castro and M. Carneiro da Cunha, eds. São Paulo: Núcleo de História Indígena e Indigenismo - USP, pp. 19-41, 1993.

FLANNERY, Kent e Joyce Marcus. *Formative Mexican Chiefdoms and the Myth of the "Mother Culture"*. *Journal of Anthropological Archaeology*, 19: 1-37, 2000.

GASSÓN, Rafael. *Quiripas and Mostacillas: The Evolution of Shell Beads as a Medium of Exchange in Northern South America*. *Ethnohistory* 47 (3-4): 581-609, 2000.

_____. *Orinoquia: The Archaeology of the Orinoco River Basin*. *Journal of World Prehistory*, 16(3): 237-311, 2002.

KRISTIANSEN, Kristian. *Chiefdoms, states, and systems of social evolution*. In *Chiefdoms: Power, Economy, and Ideology*, Timothy Earle, ed. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 16-43, 1991.

MEGGERS, Betty J. *Amazonia on the Eve of European Contact: Ethnohistorical, Ecological, and Anthropological perspectives*. *Revista de Arqueologia Americana*, 8: 91-115, 1993-95.

ROOSEVELT, Anna. *Chiefdoms in the Amazon and Orinoco*. In *Chiefdoms in the Americas*, R. Drennan and C. Uribe, eds. Lanham: University Presses of America, pp. 153-185, 1987.

_____. *The Rise and Fall of the Amazonian Chiefdoms*. *L'Homme*, 126-128, XXXIII (2-4): 255-282, 1993.

SPENCER, Charles and Elsa Redmond. *Prehispanic chiefdoms of the Western Venezuelan Llanos*. *World Archaeology*, 24(1): 134-157, 1992.

O Significado da Variabilidade dos Artefatos

DEBOER, Warren, Keith Kintigh and Arthur Rostoker. *Ceramic seriation and site reoccupation in Lowland South America*. *Latin American Antiquity*, 7(3): 263-278, 1996.

HECKENBERGER, Michael, James Petersen and Eduardo Neves. *Village size and permanence in Amazonia: Two archeological examples from Brazil*. *Latin America Antiquity* 10(4): 353-376, 1999.

MEGGERS, Betty. *Reconstrução do Comportamento Locacional Pré-Histórico na Amazônia*. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, NS, Antropologia, vol. 6 (2): 183-203, 1990.

MEGGERS, Betty, Ondemar Dias, Eurico Miller and Celso Perota. *Implications of archaeological distributions in Amazonia*. *Proceedings of a Workshop on Neotropical Distribution Patterns*. P. Vanzolini & W. Heyer, eds. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. pp. 275-294, 1988.

MYERS, Thomas. Toward the Reconstruction of Prehistoric Community Patterns in the Amazon Basin. In *Variation in Anthropology*, D. Lathrap and J. Douglas, eds. Urbana: Illinois Archaeological Survey, pp. 233-252, 1973.

ROUSE, Irving. The Classification of Artifacts in Archaeology. *American Antiquity*: 25(3): 313-323, 1960.

O presente relatório, encaminhado ao Centro Cultural dos Povos da Amazônia, presta contas das atividades referentes à consultoria em arqueologia, que engloba uma pesquisa sobre as culturas pré-coloniais da Amazônia, a criação de um banco de dados com referências bibliográficas, iconográficas e de acervos arqueológicos que resultaram numa dissertação sobre o tema, ora apresentado.

AUTORES:

Prof. Dr. Eduardo Góes Neves

ARQUEÓLOGO

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP

Ms. Fernando W. da Silva Costa

ARQUEÓLOGO

BACHAREL EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

DOUTORANDO NO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP

Helena Pinto Lima

Arqueóloga

BACHAREL EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

DOUTORANDA NO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP

* As definições dos termos técnicos referentes a cerâmica foram adaptados de Chmyz, 1966 e Shepard, 1956.



CULTURA
Secretaria de Estado





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA